



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9302

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Diversos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/04/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 22/2017. Autoriza o pagamento de JETON à Comissão de Defesa da Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI; e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.972, de 26/05/2017).

Controle Interno – Caixa: 9.5

Posição: 19

Número de folhas: 107

Especie: P.L
Categoria: Diversos
Ex: 9.5
Ordem: 19
nº folhas: 105



n.º 22/2017

21

26.05.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

22
PROJETO DE LEI Nº 22/2017

AUTOR:

Executivo Municipal

Lei nº 4.972, de 26/05/2017

ASSUNTO:

Autoriza o Pagamento de JETON à Comissão de Defesa da
Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações –
JARI; e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 18/04/2017
- 2 - Comissão Legislação e Justiça.
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS EM 16.05.2017
- 4 - APLACAMENTO DE RECURSOS EM
- 5 - 16.05.2017
- 6 - APLACAMENTO DE VOTAÇÃO EM
- 7 - 23.05.2017
- 8 - Em Comissão - 24/04/2017
- 9 - APROVADO EM REGIME DE URGENÇA
- 10 - SALVO EMENDA EM 26.05.2017



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 03 de abril de 2017

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Ribeiro Prates

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP- 29 /2017

Assunto: encaminhamento de projeto de lei



Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PAGAMENTO DE JETON À COMISSÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO E À JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

O artigo 5º. da Lei Municipal n. 2.902/2001, estabelece que:

"Art. 5º - A MCTrans terá por finalidade planejar, organizar dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, respeitadas a legislação federal, estadual e municipal pertinentes."

Os artigos 280 e 281 da Lei Federal n. 9.503/1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, dispõem sobre o julgamento das autuações e imposição de penalidades por infrações de trânsito.

A MCTrans é a responsável pelo julgamento das defesas de notificação e autuação de trânsito, sendo que, ainda, há no Município a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, que recebe os recursos contra a aplicação das penalidades de trânsito, cabendo, portanto, à MCTrans prover financeiramente o sistema de Recursos de Infrações, nos termos do parágrafo único, do art. 16, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Para atender a grande demanda de processos existentes, a Comissão de Defesa da Autuação e a JARI realizam reuniões periódicas em que discutem e analisam as defesas propostas pelos condutores autuados, fazem diligências, bem como emitem parecer fundamentado sobre cada defesa apresentada.

Até 31 de dezembro de 2016, os membros dos órgãos deliberativos citados percebiam jetons pela participação nas reuniões de julgamento com base no Código de Trânsito Brasileiro e no Decreto Municipal n. 1.943, de 05 de junho de 2002.

Em 26 de novembro de 2004 foi realizada a reunião inaugural da JARI no Município, sendo que a primeira reunião para julgamento dos recursos ocorreu em 30 de novembro do citado ano, como se vê no ofício n. 01/2004, de

emissão da 1ª Presidente da JARI (Carla Amélia Viana Antunes), encaminhado ao então Presidente da Transmontes (Watson de Lourdes Abílio), no qual foi solicitado o pagamento dos jetons referentes à participação nas primeiras reuniões realizadas pelo órgão. Ato contínuo, o então Presidente determinou o pagamento dos valores devidos, nos termos do citado Decreto Municipal n. 1.943, de 05 de junho de 2002, conforme memorando em anexo.

Nos anos que se seguiram os pagamentos pela participação nas reuniões das Juntas continuaram a ser realizados nos mesmos moldes, como se verifica em alguns dos comprovantes de pagamento efetuados pela MCTrans, cujas cópias seguem anexas.

Em que pese não haver nenhum indício de má-fé ou mesmo pagamento sem a devida participação nas reuniões, tais pagamentos não eram disciplinados por meio de Lei Municipal, afrontando-se o princípio constitucional da Legalidade, erigido como núcleo da Administração Pública, no art. 37, da Constituição da República, razão pela qual encaminhamos o presente Projeto de Lei, que convalida o pagamento efetuado por todas as administrações anteriores, para apreciação por esta Egrégia Casa Legislativa.

Em anexo, encaminhamos, cópia da Legislação Municipal referente ao tema e das resoluções do Conselho Nacional de Trânsito pertinentes.

Na certeza de que os benefícios que advirão das medidas contidas no projeto de lei em referência justificam, plenamente, a sua aprovação e em face da urgência de sua implementação, solicitamos que referida proposição seja submetida ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Egrégia Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº **22** DE 03 DE ABRIL DE 2017.

**AUTORIZA O PAGAMENTO DE JETON À
COMISSÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO E
À JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS
DE INFRAÇÕES – JARI; E DÁ OUTRAS
PROVIDENCIAS**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Os membros da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI e os membros da COMISSÃO DA DEFESA DE AUTUAÇÃO farão jus ao recebimento de jeton no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por reunião, que serão pagos pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros – MCTrans.

§ 1º Por “jeton” entende-se a participação em reuniões de órgãos de deliberação, aos participantes de reuniões dos respectivos órgãos, por sessão a que comparecerem.

§ 2º O valor do jeton poderá ser sofrer atualização monetária anualmente, pelo Prefeito, mediante Decreto.

Art. 2º – Competirá à MCTrans regulamentar os procedimentos a serem obedecidos pelas Comissões, em consonância com as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, bem como realizar o pagamento dos jetons devidos.

Art. 3º – As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei serão acobertadas pelo orçamento da Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros – MCTrans.

Art. 4º – Ficam convalidados os pagamentos de jetons aos membros dos órgãos deliberativos constantes do artigo 1º da presente Lei, efetuados em razão do Decreto Municipal n. 1.943, de 05 de junho de 2002 e suas atualizações.

Art. 5º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), em 03 de abril de 2017.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 18 DE ABRIL DE 2017
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE MAIO DE 2017
PRESIDENTE

JARI/ Montes Claros

Ofício - nº 01/2004

Montes Claros, 14 de Dezembro de 2004

Sr. Presidente,

Com respeitosa visita, informamos a Instalação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do município de Montes Claros/MG, conforme designação contida na **Portaria Transmontes GTSV nº 004/2004 de 28 de Setembro de 2004**, estiveram reunidos em reunião inaugural realizada em **26 de novembro de 2004**. Após distribuição dos recursos aos membros da referida fora agendada a 1ª reunião para Julgamento dos recursos ora distribuídos, que foi realizada em 30/11/2004.

Outrossim, solicitamos à V. Sª., com fulcro no Art. 6º do Decreto Municipal nº 1.943 de 05 de Junho de 2002, os getons correspondentes às reuniões de julgamento dos recursos, realizadas em **30/11/2004, 02/12/2004, 07/12/2004, 09/12/2004 e 14/12/2004**, conforme cópias da referidas Atas de Julgamento em anexo.

Cumpre ressaltar que participaram das referidas reuniões, o membro 1 Representante dos Condutores, **Sr. Sandro Rui Nunes Pereira**, membro 2 Representante da Transmontes, **Edér Rainan Oliveira Sá** e a Secretária Executiva da Jari **Miriam César de Freitas**.


Atenciosamente,


Carla-Amélia Araújo Viana Antunes
Presidente – JARI Montes Calros/MG

OBS: A GTP
ALZIM.

PAR FINS DE PAGAMENTO DA JUSTIFICATIVA, INCLUIR
A SESSÃO REALIZADA EM 16/12/2004, PROVIDENCIANDO OS
DOCUMENTOS COMPROBATORIOS JUNTO A SECRETARIA DA JARI

Ilmo. Sr.
DD. Presidente da Transmontes
Watson de Lourdes Abílio
Montes Claros - MG


23/12/04

TRANSMONTES

Montes Claros, 23 de dezembro de 2004.

A GAF,
Divisão de Controladoria

Sra. chefe.

Através da documentação em anexo, tem se que a 1ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Trânsito-1ª JARI, designada pela Portaria TRANSMONTES GTSV nº 004/04, de 28/09/04, iniciou suas atividades no dia 26/11/04, tendo realizado reuniões de julgamento de recursos nos dias 30/11/04, 12/12/04, 07/12/04, 07/12/04, 09/12/04, 14/12/04 e 16/12/04, totalizando 06 reuniões.

Com Fulcro no artigo 6º do Decreto Municipal nº 1943, de 05/06/02, e Portaria TRANSMONTES GTSV nº 004/04, de 28/09/04, bem como Portaria TRANSMONTES GAF nº 018/04, de 08/11/04, recomendando-lhe efetuar o pagamento das gratificações a que fazem jus os membros daquela JARI, no valor de R\$73,08 (setenta e três reais e oito centavos) por reunião, através de autorização de pagamento, incluindo a Secretária da Junta, procedendo aos descontos legais, conforme abaixo discriminado:

Carla Amélia Araújo Viana Antunes, Presidente:	06 reuniões = R\$ 438,48
Sandro Rui N. Pereira, membro,	06 reuniões..... = R\$ 438,48
Eder Rainan Oliveira Sá, membro,	06 reuniões..... = R\$ 438,48
Miriam César de Freitas, Secretaria,	06 reuniões..... = R\$ 438,48

Há que se esclarecer que o número de reuniões e a proximidade das datas em que ocorreram, está diretamente relacionada ao grande número de recursos existentes na 1ª JARI, e ainda por se tratar do início das atividades daquela Junta.

Cordialmente,


Watson de Lourdes Abílio
PRESIDENTE

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
033 104 4046 1 03046021-0 3 AAA 301078 3 *****390,25*****
Pague por este
cheque a quantia de TREZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS*****
*****e centavos acima

EDER RAINAN OLIVEIRA SÁ

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 29 de DEZEMBRO de 2004

Watson de Lourdes Abílio A. Ziro, Ruas, Freire

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

PRESIDENTE
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

6-00

10440469 0333010785 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 390,25

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A EDER RAINAN OLIVEIRA SÁ, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 06 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 48,23

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 108.169.95785

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

Watson de Lourdes Abílio
PRESIDENTE

Tesoureiro

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

29/12/04
Data

Eder Rainan Oliveira S.
Ass. Favorecido ou Procurador

325184046-00
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

Pague por este
cheque a quantia de

TREZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS*****

e centavos acima

CARLA AMELIA ARAUJO VIANA ANTUNES

ou à sua ordem

CAIXA

CLAROS 29 de DEZEMBRO de 20 04
Watson de Lourdes Abilio Alzira Ruas Freire
Chefe Divisão de Controladoria

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.077.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

5.655-00

4622

10460463 0333010745 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:

R\$ 438,48

R\$ 390,25

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A CARLA AMELIA ARAÚJO VIANA ANTUNES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 06 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 48,23

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 18.000.467.831

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIOES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES,
AUTORIZO O PAGAMENTO

CONFERIDO POR:

Watson de Lourdes Abilio
PRESIDENTE

Tesoureiro

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
29/12/04	500,00	500,00	500,00	123	

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

29 / 12 / 04
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

MG 14.384.423 SSP
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

03 104 4046 1 03046021-0 3 AAA 301077 5 ***390,25*****

Pague por este

cheque a quantia de

TREZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS

MIRIAM CESAR DE FREITAS

CAIXA

M. CLAROS 29 de DEZEMBRO de 20 04

Watson de Lourdes Abílio

Alzira Ruas Freire 6-20

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

PRESIDENTE
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

Chefe Divisão de Controladoria

10440460 0333010775 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 390,25

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A MIRIAM CESAR DE FREITAS, SECRETÁRIA DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 0 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMO DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 48,23

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 170.352.68527

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

Watson de Lourdes Abílio
PRESIDENTE

Tesoureiro

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
29.12.04	50022	30026	390,25	0171	

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

29/12/04
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

M-4.738.869
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

023 104 4046 1 03046021-0 AAA 301073 2 ****390,25*****
que por este
cheque a quantia de TREZENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS*****

e centavos acima

ou à sua ordem

de 20 04

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

CAIXA

Montes Claros 29 de Dezembro

Watson de Lourdes Abilio Alzira Rios Freire 346-04

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. GUL MANGAPEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

PRESIDENTE
TRANSMONTES
Chefe Divisão de Controladoria
GNPJ/CPF 05.097.948/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

10440464 0333010735 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 390,25

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 06 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 48,23

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

Watson de Lourdes Abilio
PRESIDENTE

Tesoureiro

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
29/12/04	6002	10006	390,25	5492	

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

29/12/2004

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175-346-04

C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

... e centavos acima

ou à sua ordem

Ivana Colen Brandão

Alzira Ruas Freire

PRESIDENTS
TRANSPORTES

Chefe Divisão de Controladoria

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

5.655-00

4622

1064060 0333010025 90030602105

LIQUIDO A

RECEBER:
R\$ 325,21

PG A CARLA AMELIA ARAÚJO VIANA ANTUNES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 18.000.467.831

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES,
AUTORIZO O PAGAMENTO

CONFERIDO POR:

Edina Pereira Santos Ferreira

TESOUREIRO
resoureiro

Ivana Colen Brandão
PRESIDENTE

DATA

DÉBITO

CRÉDITO

VALOR R\$

Nº LANÇAMENTO

ASSINATURA

CONTABILIZADO

000381

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

23 / 02 / 05
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

5.23.945.655.00
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG – Fone: (38) 3229-3434 – Telefax: (38) 3229-3366

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
012 104 4086 1 03046021-0 3 AAA 301003 1 ****325,21****

Pague por este cheque a quantia de **TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS*****

***** e centavos acima

à SANDRO RUI NUNES PEREIRA ou à sua ordem

CAIXA

1. CLAROS 18 de FEVEREIRO de 20 04

Ivana Colen Brandão

Alzira Ruas Fretre

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGAQUEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

346-04

10440469 03330100354 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 325,21

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

Ivana Colen Brandão
Ivana Colen Brandão
PRESIDENTE

CONFERIDO POR:

Edson Santos Ferreira
Edson Santos Ferreira
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
23.02.05	50027	50028	325,21		
				000382	

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

23,02,2005

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04

C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

104 4046 1 03046021-0 8 AAA 301000 7 ***325,21*****
Pague por este cheque a quantia de **DUZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS*******
***** e centavos acima

a **EDER RAINAN OLIVEIRA SA** ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 22 de FEVEREIRO de 2004

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG TRANSMONTES
AV. CULA MANGABEIRA, 211 CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
MONTES CLAROS - MG CLIENTE DESDE 09/2002

10440462 0333040005 900304602105

-00
LIQUIDO A RECEBER:
R\$ 365,40 R\$ 325,21

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A EDER RAINAN OLIVEIRA SÁ, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.
RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19
Nº DE INSCRIÇÃO INSS:
Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 108.169.95785

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

Joana Maria Mendes
PRESIDENTE

CONFERIDO POR:

Edilson Augusto Ferreira
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
21.02.05	500,00	100,00	400,00		
				000330	

CONTABILIZADO

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

24/02/2005 Data Ass. Favorecido ou Procurador 325184046-00 C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG – Fone: (38) 3229-3434 – Telefax: (38) 3229-3366

03/194 4046 1 03046021-0 3 AAA 301319 7

Pague por este

cheque a quantia de TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS**

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

e centavos acima

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 11 de JULHO

de 20 05

Joana Colen Brandão Alzira Ruas Freire

5.346-04

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGAPEIRA, 211
MONTES CLAROS - MGPRESIDENTE
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002
Chefe Divisão de Controladoria

"1046068" 0333013195* 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 325,21

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

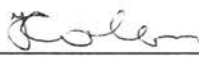
RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

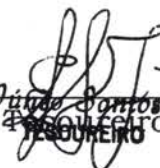
Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:


 Joana Colen Brandão
 PRESIDENTE


 Alzira Ruas Freire
 PRESIDENTE

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
11.07.05	20408	10022	325,21		

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

11, 07, 2005

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04

C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
 Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
 Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO
000008

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)
EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES	05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 325.21

*TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
365,40	20.00	73,08

CARRETEIRO(VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

INSS: 12441835450

CPF.: 823.175.346-04

REGISTRO GERAL

NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR

LOCALIDADE

Montes Claros

DATA

11/07/2005

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	365,40
II		0,00
	SOMA	365,40
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	40,19
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	325,21

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

Pague por este cheque a quantia de **TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS*****

MIRIAM CESAR DE FREITAS

CAIXA

M. CLAROS 11 de JULHO de 20 05

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

Joana Colen Brandão Alzira Ruas Freire
PRESIDENTE TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

10440469 0333013185 900304602105

5
66-20
LIQUIDO A RECEBER: R\$ 325,21

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A MIRIAM CESAR DE FREITAS, SECRETÁRIA DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018, DE 08/11/04.
RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19
Nº DE INSCRIÇÃO INSS:
Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 170.352.68527

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

CONFERIDO POR:

Edna Joana Santos Ferreira
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
11.07.05	20408	10026	325,21		

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

11/07/05 Data
Ass. Favorecido ou Procurador
M-4.138.869559/MG C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO
000009

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)
EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES	05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 325.21

*TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
365,40	20,00	73,08
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 17035268527		
CPF.: 748.666.566-20		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	
M-4.738.869	SSP -MG	
LOCALIDADE	DATA	
Montes Claros	11/07/2005	

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	365,40
II		0,00
	SOMA	365,40
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	40,19
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	325,21

VALOR LÍQUIDO

ASSINATURA

NOME COMPLETO

MIRIAM CESAR DE FREITAS

Comp. Banco Agencia C1 Conta C2 Serie Cheque n° C3
033-104 4046 1 03046021-0 8 AAA 301316 2
Pague por este
Cheque a quantia de TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS VINTE E HUM CENTAVOS**

CARLA AMELIA ARAUJO VIANA ANTUNES

CAIXA

M. CLAROS 11 de JUNHO de 20 05

Joana Colen Brandão Alzira Ruas Ferrelle

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

PRESIDENTE
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

45.655-00

-4622

10440461 0333013165 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 325,21

R\$ 365,40

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A CARLA AMELIA ARAÚJO VIANA ANTUNES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 18.000.467.831

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES,
AUTORIZO O PAGAMENTO

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

CONFERIDO POR:

Edna Maria Ferrelle
RESORTEIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
11.07.05	20408	10026	325,21		

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

11/07/05
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

523.945.655-00-
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000007

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)
EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES	05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 325.21

*TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
365,40	20.00	73,08
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 18000467831		
CPF.: 523.945.655-00		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	
	-	
LOCALIDADE	DATA	
Montes Claros	11/07/2005	

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	365,40
II		0,00
	SOMA	365,40
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	40,19
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	325,21

ASSINATURA

NOME COMPLETO

CARLA AMELIA ARAUJO VIANA ANTUNES

Comp. banco Agência C1 Conta C2 Serie Cheque n° C3
033/104 4046 1 03046021-0 8 AAA 301317 0
Pague por este cheque a quantia de TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E NUL CENTAVOS***

EDER RAINAN OLIVEIRA SA

CAIXA

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

M. CIAROS 11 de JUNHO de 20 05

Joana Colen Brandão Alzira Ruas Freire

PRESIDENTE
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE DESDE 09/2002

10440460 03330131754 900304602105

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 325,21

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A EDER RAINAN OLIVEIRA SÁ, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 05 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 108.169.95785

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

CONFERIDO POR:

Edna Jurek Santos Freire
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
12.07.05	20/108	10000	325,21		

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

12 / 07 / 2005
Data

Eder Rainan Oliveira Sá
Ass. Favorecido ou Procurador

325184046-00
C.P.F/Identidade

Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros
Rua Carlos Paulino Cardoso nº 401 - Vila Exposição - CEP: 39.400-218
Montes Claros -MG - Fone: (38) 3229-3434 - Telefax: (38) 3229-3366

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

N° DO RECIBO

000010

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 325.21

*TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E HUM CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
365,40	20.00	73,08
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 10816995785		
CPF.: 325.184.046-00		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	
M-669.875	SSP -MG	
LOCALIDADE	DATA	
Montes Claros	11/07/2005	

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	365,40
II		0,00
	SOMA	365,40
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	40,19
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

325,21

ASSINATURA

NOME COMPLETO

EDER RAINAN OLIVEIRA SA

Comp. banco Agência Cl. contra C2 serie Cheque n.º
033 104 1046 1 03046022-9 9 AAA 302069 X
Pague por este
cheque a quantia de **QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E NOVE**
CENTAVOS * * * * * e centavos acima

a **SANDRO RUI NUNES PEREIRA**

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS, 10 de **FEVEREIRO** de 20 **06**

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULIA MANCABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

-04

104602299 033020635 300304602295

LÍQUIDO A
RECEBER:

R\$ 511,56

R\$ 455,29

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 07 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 40,19

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

Edlva Júlia Santos Ferreira
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
10/02/06	80402	10027	455,29	415	

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

10/02/2006
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04
C.P.F/Identidade

CIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO
000013

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 455.29

*QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
511,56	20.00	102,31
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	
LOCALIDADE	DATA	
Montes Claros	10/02/2006	

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	511,56
II		0,00
	SOMA	511,56
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	56,27
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	455,29

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

057 104 4046 1 03046022-9 9 AAA 302063 1

Pague por este

cheque a quantia de

QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E NOVE

CENTAVOS * * * * *

e centavos acima

a ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS, 10 de FEVEREIRO de 20 06

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. CULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS, - MG

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

8-04

⑈10440459⑈ 0333020685⑈ 900304602295⑈

LIQUIDO A
RECEBER:

R\$ 511,56

R\$ 455,29


ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 07 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.


RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 56,27

Nº DE INSCRIÇÃO INSS:

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 128.220.211-06

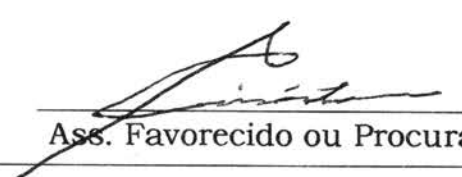
FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES,
AUTORIZO O PAGAMENTO

Joana Colen Brandão
 PRESIDENTE

CONFERIDO POR:


Edna Joana Santos Ferreira
 TESOUREIRO
CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
10/02/06	20408	10007	455,29	412	

CONTABILIZADO

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.10/02/2006
Data

 Ass. Favorecido ou Procurador
275226178-04
C.P.F./Identidade

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

N° DO RECIBO

000002

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA	MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)
EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES	05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANISTO , a importância de R\$ 455.29

*QUATROCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
511,56	20.00	102,31
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12822021106		
CPF.: 275.226.178-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO	ÓRGÃO EMISSOR	
00275798	-	
LOCALIDADE	DATA	
	10/02/2006	

ESPECIFICAÇÃO

I	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	511,56
II		0,00
	SOMA	511,56
III	I.R.R.F	0,00
IV	ISS não retido	0,00
V	INSS Segurado.	56,27
VI		0,00
VII		0,00
VIII		0,00
IX	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	455,29

ASSINATURA

NOME COMPLETO

ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES

Comp. Ranco Agência C1 Conta C2 Série Cheque n° C3 RS ***547,68*****

Pague por este cheque a quantia de **QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO -**

CENTAVOS * * * * * e centavos acima

a **SANDRO RUI NUNES PEREIRA** ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS, 10 de **JULHO** de 20 **07**

PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, IN
AV. GULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS, - MG

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

10440462 033023955 900304602295

UNIDO A

DOCUMENTO: R\$ 615,36 RECEBER: R\$ 547,68

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES NO MÊS 06/2007 E COMPLEMENTO RETROAGINDO AOS MESES 04 E 05/2007, PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 67,68
Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
				2203	

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

10, 07, 2007
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04
C.P.F/Identidade

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

N° DO RECIBO

000034

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 547.68

*QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
615,36	20.00	123,07
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:		
ORÇÃO EMISSOR.:		
LOCALIDADE..... Montes Claros		
DATA..... 06/07/2007		
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	615,36
02		0,00
	SOMA	615,36
DESCONTOS		
03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	67,68
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	547,68

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

10/07/2007

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS ***260,17***

033-104 4046 1 03046022-9 2 AAA 302376 1
Pague por este cheque a quantia de DUZENTOS E SESSENTA REAIS E DEZESSETE CENTAVOS * * * *

* * * * * e centavos acima

a ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 11 de JUNHO de 20 07
PREF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG TRANSMONTES
AV. GULA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS, - MG CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

030460466 033023755 900304602295

LIQUIDO A RECEBER: R\$ 260,17

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A ANDRÊ CRISÓSTOMO FERNANDES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 32,15
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 128.220.211-06

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES, AUTORIZO O PAGAMENTO

CONFERIDO POR:



José da Conceição Santos
PRESIDENTE



CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
				2026	

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

22/06/07
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

275226178-04
C.P.F/Identidade

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000022

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

03.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 260,17

CEI: 000022 E SESSENTA REAIS E DEZESSETE CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
292,32		

CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)

APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

ISS: 12822021106

CPF: 275.226.176-04

REGISTRO GERAL

NÚMERO DE REGISTRO: 00175798

CAPAÇÃO EMISSOR:

LOCALIDADE:

DATA: 19/06/2007

CONSELHO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO

01 VALOR DO SERVIÇO PRESTADO 292,32

02 0,00

SOMA 292,32

DESCONTOS

03 I.R.R.F. 0,00

04 ISS não retido 0,00

05 INSS Segurado. 32,18

06 0,00

07 0,00

08 0,00

09 SEST/SEMAT 0,00

VALOR LÍQUIDO 260,17

ASSINATURA

NOME COMPLETO

ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
043 104 4046 1 03046022-9 9 AAA 302395 3 ***547,68***

Pague por este
cheque a quantia de **QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CEN**

TAVOS * * * * * e centavos acima

a **ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES** ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS, 10 de **JULHO** de 20 **07**

PRF. MUNIC. MONTES CLAROS, MG
AV. GUILA MANGABEIRA, 211
MONTES CLAROS - MG

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

6.178-04

⑆10440463⑆ 033023955⑆ 900304602295⑆

LIQUIDO A
RECEBER:
R\$ 547,68


ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A ANDRÉ CRISOSTOMO FERNANDES, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF A GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES NO MÊS 06/2007 E COMPLEMENTO RETROAGINDO AOS MESES 04 E 05/2007, PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04, DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CALCULO 11%, VALOR R\$ 67,68
Nº DE INSCRIÇÃO PIS: 124.418.35450

FACE A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E A LEGALIDADE DAS GRATIFICAÇÕES,
AUTORIZO O PAGAMENTO.

CONFERIDO POR:

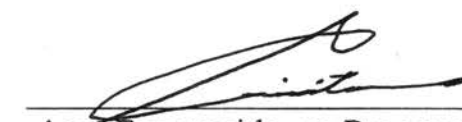

José da Conceição Santos
PRESIDENTE



CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
				2202	

Recebi da **EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES**, a importância acima especificada.

10/07/2007
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

275226178-04
C.P.F/Identidade

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

N° DO RECIBO

000023

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLARÓS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 547.68

*QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
615,36	20.00	123,07
CARRETEIRO(VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12822021106		
CPF.: 275.226.178-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....	00275798	
ÓRGÃO EMISSOR..		
LOCALIDADE.....		
DATA.....	06/07/2007	
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	615,36
02		0,00
	SOMA	615,36

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	67,68
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

547,68

ASSINATURA

NOME COMPLETO

ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES

[illegible]

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

N° DO RECIBO

000032

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12822021106		
CPF.: 275.226.178-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:	00275798	
ORGAO EMISSOR.:		
LOCALIDADE.....:		
DATA.....:	19/03/2008	
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA**NOME COMPLETO**

ANDRE CRISOSTOMO FERNANDES

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque n° C3 R\$ ***356,00***

033 104 3044 0 031460229 1 AAA 302695 7
Pague por este
cheque a quantia de TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*
e centavos acima

a SANDRO RUI NUNES PEREIRA ou à sua ordem

CAIXA M. CLAROS 11 de MARÇO de 20 08

VEREDAS, MG
AV DEP ESTEVES RODRIGUES 840
MONTES CLAROS - MG
TRANSMONTES
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 01/2003

10430440 0333026955 500314602293

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	03146022-9	302695	VALOR DO DOCUMENTO: R\$ 400,00	LÍQUIDO A RECEBER: R\$ 356,00
-------------------------	------------	--------	-----------------------------------	----------------------------------

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REI GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 0 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMO DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 1 PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 44,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.
CONFERIDO POR:
José da Conceição Santos
DATA: 11/03/2008
alva

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
				588	

CONTABILIZADO

11/03/08
wp.

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000043

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:		
ORGÃO EMISSOR..:		
LOCALIDADE.....: Montes Claros		
DATA.....: 19/03/2008		
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

11/03/08

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000043

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PEUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:		
ORGÃO EMISSOR..:		
LOCALIDADE.....: Montes Claros		
DATA.....: 19/03/2008		
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 304135 2 ***356,00***
Pague por este
chèque a quantia de TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*
* * * * *
SANDRO RUI NUNES PEREIRA e centavos acima
ou à sua ordem



VEREDAS, MG
AV DEP ESTEVES RODRIGUES 840
MONTES CLAROS, - MG

L. CIARCOS, 10 de SETEMBRO de 20 09

TRANSMONTES
ALZIRA RUAS FREIRE
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430444 0333041355A 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 356,00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF.
GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04
REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS
DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E
PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 44,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/
SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CONFERIDO POR:

Ramon Pereira Palva
TESOUREIRO

Orlando Walter Andrade Camargo
Presidente
DATA: 10/09/2009

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
	2040			255	

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

10 / 09 / 2009 Data
Ass. Favorecido ou Procurador
823.175.346-04 C.P.F/Identidade

PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO
000061

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS INFRACOES TRANSITO, a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:		
ÓRGÃO EMISSOR.:		
LOCALIDADE.....: Montes Claros		
DATA.....: 10/09/2009		
CONSELHO REGIONAL		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA**NOME COMPLETO**

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

10-09-2009

Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
 033 104 5044 0 03146020-2 0 AAA 304136 0 **356,CC**
 Pague por este cheque a quantia de TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS e centavos acima
 ou à sua ordem
 ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES
 M. CLAROS 10 de SETEMBRO de 20 09
 TRANSMONTES
 ALZIRA RUAS FREIRE
 CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
 CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002
 CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 10430463 033041365 500314602020

LÍQUIDO A
 RECEBER:
 R\$ 356,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
 PG A ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E ORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 44,00
 Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 128.220.211-06

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

DATA: 10/09/2009

Orlando Walter Andrade Camargo
 Presidente

CONFERIDO POR:
 Ramon Pereira Paiva
 TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

Recebi da EMPRESA M. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES, a importância acima especificada.

10/09/09 Data

Ass. Favorecido ou Procurador

275226178-09 C.P.F/Identidade

DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000050

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE T. E T. DE MONTES CLAROS-TRANSMONTES

05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00

CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)

APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

INSS: 12822021106

CPF.: 275.226.178-04

REGISTRO GERAL

NÚMERO.....: 00275798

ÓRGÃO EMISSOR..:

LOCALIDADE.....:

DATA.....: 10/09/2009

CONSELHO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

ANDRÉ CRISOSTOMO FERNANDES

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 R\$ ***356,00***
033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 304369 X

Pague por este
cheque a quantia de TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS* * * * *

* * * * * e centavos acima
SANDRO RUI NUNES PEREIRA ou à sua ordem

CAIXA

VEREDAS, MG
AV DEP ESTEVES RODRIGUES 840
MONTES CLAROS - MG

M. CLAROS, 10 de ABRIL de 2010

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430441 0333043695 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 356,00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 400,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 44,00

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CONFERIDO POR:

DATA: 10/04/2010

Orlando Teodoro Andrade Camargo

Ramon Pereira Dutra
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

105/2010

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04

C.P.F./Identidade

PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000070

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

MUN. DE PLA. GESTÃO E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

*TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00

CARRETEIRO(VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)

APLICAR 20,00 * SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

INSS: 12441835450

CNPJ: 823.175.346-04

REGISTRO GERAL

NÚMERO.....:

OPÇÃO EMISSOR..:

SOCIEDADE.....: Montes Claros

DATA.....: 29/03/2010

CONSELHO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00
	VALOR LÍQUIDO	356,00

VALOR LÍQUIDO

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 304370 3 ***356,00***

Pague por este
cheque a quantia de **TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS** * * * * *

* * * * * e centavos acima

ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 10 de ABRIL de 20 10

VEREDAS, MG
AV. DEP. ESTEVES RODRIGUES 840
MONTES CLAROS - MG

TRANSMONTES

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430448 0333043705 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 356,00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A ANDRÉ CRISÓSTOMO FERNANDES, PRESIDENTE DA 1ª JARI TRANSMONTES, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 04 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 44,00

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 128.220.211-06

FACIO A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CONFERIDO POR:

DATA: 10/04/2010

Orlando *Orlando* Andrade Camargo
Presidente

Ramon Pereira Paiva
TESOUREIRO

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
------	--------	---------	-----------	---------------	------------

CONTABILIZADO

Recebi da **EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans**, a importância acima especificada.

10/04/2010
Data

[Assinatura]
Ass. Favorecido ou Procurador

275226178-04
C.P.F./Identidade

DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000054

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMP. MUN. DE PLA. GESTÃO E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PEIA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 356.00

TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
400,00	20.00	80,00

CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)

APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

INSS: 12822021106

CNPJ: 275.226.178-04

REGISTRO GERAL

NÚMERO.....: 00275798

ORGAO EMISSOR..:

LOCALIDADE....:

DATA.....:

29/03/2010

CONSELHO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	400,00
02		0,00
	SOMA	400,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	44,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

356,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

ANDRÉ CRISOSTOMO FERNANDES

Banco Agência C1 Conta C2 Serie Cheque nº C3 PS
033 104 5044 0 03146020-2 0 AAA 304742 3 ***712,CO***
Pague por este cheque a quantia de **SETECENTOS E DOZE REAIS** * * * * *
EDSON FRANCA LINO



VEREDAS, MG
AV DEP ESTEVES RODRIGUES 5840
MONTES CLAROS, - MG

M. CLAROS 10 de AGOSTO de 20 11
MCTTRANS

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430469 0333047425 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 712,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A EDSON FRANCA LINO, PRESIDENTE DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES
DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 08 REUNIÕES PARA
JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO
EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943 DE 05/06/02 E PORTARIA MCTTRANS
DTSV 0001/11.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 88,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 102.475.190.03

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/
SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

Ramon Pereira Pereira
Chefe Seção Tesouraria

DATA: 10/08/2011

Jacinto Paulo Pereira Faustino
PRESIDENTE

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE
MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

/ /
Data Ass. Favorecido ou Procurador C.P.F/Identidade

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
10/08/2011 - Autoatendimento - 16:05:26
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
968271584 0833

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

=====

FAVORECIDO	
CLIENTE	EDSON FRANCA LINO
AGENCIA: 0104-X	CONTA: 10.737-9
VALOR TOTAL *	712,00
NR. ENVELOPE	1.783.422.189

* Valor sujeito a conferencia.

=====

SEU ENVELOPE SERA PROCESSADO
NO PROXIMO DIA UTIL.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 RS
033 104 5044 0 03146020-2 0 AAA 304743 1 ***712,00***
Pague por este
cheque a quantia de SETECENTOS E DOZE REAIS* * * * *
SANDRO RUI NUNES PEREIRA

CAIXA

VEREDAS, MG
AV DEP ESTEVES RODRIGUES 840
MONTES CLAROS - MG

M. CLAROS 10 de AGOSTO de 20 11
MCTrans

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

==10430448== 0333047435 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 712,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTrans, REF. GRATIFICAÇÕES
DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 08 REUNIÕES PARA
JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO
EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS
TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 88,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/
SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

Chefe Seção Tesouraria

DATA: 10/08/2011

Jacinto Paulo Peres Faustino
PRESIDENTE


CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE
MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

10/08/2011
Data


Ass. Favorecido ou Procurador

823.175-346-04
C.P.F./Identidade

BO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000084

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMP. MUN. DE PLA. GESTÃO E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE
REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 712.00

*SETECENTOS E DOZE REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	800,00
02		0,00
	SOMA	800,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	88,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

712,00

ASSINATURA**NOME COMPLETO**

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
800,00	20.00	160,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO		
INSS: 12441835450		
CPF.: 823.175.346-04		
REGISTRO GERAL		
NÚMERO.....:		
ORGAO EMISSOR.:		
LOCALIDADE....: Montes Claros		
DATA.....: 29/07/2011		
CONSELHO REGIONAL		
:		

Comp. Banco Agência C.C. Conta Cheque n.º
033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 304918 3 ***712,00***
Pague por este cheque a quantia de **SETECENTOS E DOZE REAIS** * * * * *

EDSON FRANCA LINO

CAIXA

VEREDAS, MG
AV DEP. EST. RODRIGUES 1111
MONTES CLAROS - MG

M. CLAROS 10 de JAN DE 12

MCTTRANS

CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430447 0333049185A 500314602020

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 800,00

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 712,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A EDSON FRANCA LINO, PRESIDENTE DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 08 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943 DE 05/06/02 E PORTARIA MCTTRANS DTSV 0001/11.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 88,00

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 102.475.190.03

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 10/01/2012

Jacinto Paulo Pereira Faustino
PRESIDENTE

Rafael Pereira
Chefe Seção Treinamento

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

Recebi da **EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans**, a importância acima especificada.

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

C.P.F./Identidade

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
10/01/2012 - Autoatendimento - 15:37:08
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
968271693 0816

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

=====

FAVORECIDO	
CLIENTE	EDSON FRANCA LINO
AGENCIA: 0104-X	CONTA: 10.737-9
VALOR TOTAL *	712,00
NR. ENVELOPE	1.654.519.659

* Valor sujeito a conferencia.

=====

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

Comp. Banco Agência C1 CEN 033 104 3044 0 031460202 0 AAA 304917 5

712,00

Pague por este

cheque a quantia de

SETECENTOS E DOZE REAIS* * * * *

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

CAIXA

VEREDAS, MG
AV. DEP. EST. RODRIGUES 1111
MONTES CLAROS - MG

M. CLAROS

10

JANEIRO

12

MCTTRANS

CNPJ/CPF 05.7097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430448 0333049175 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 712,00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 800,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 08 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 88,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:


Chefe Seção Rescisória

DATA: 10/01/2012


Paulo Pereira Faustino
PRESIDENTE

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

C.P.F/Identidade

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
10/01/2012 - Autoatendimento - 15:36:21
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
968271693 0814

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

=====

FAVORECIDO	
CLIENTE	SANDRO RUI NUNES PEREIRA
AGENCIA: 1479-6	CONTA: 5.924-2
VALOR TOTAL *	712,00
NR. ENVELOPE	1.654.519.667

* Valor sujeito a conferencia.

=====

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

033 104/ 3044 0 03146020-2 0 AAA 305397 0 ***712,00***

Pagou por este

cheque a quantia de

SETECENTOS E DOZE REAIS

e centavos acima

a SANDRO RUI NUNES PEREIRA

ou à sua ordem

CAIXA

M. CLAROS 08 de FEVEREIRO de 20 13

VEREDAS, MG
AV. REP. EST. RODRIGUES 1111
MONTES CLAROS - MG
CONFECCAO - 03/12

MCTTRANS
CNPJ/CPF 05.027.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

000430440 0033053975 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 712,00

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 08 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. Art 6º DECRETO MUNICIPAL Nº 1943, DE 05/06/02 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 88,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 08/02/2013

Carlos Roberto Nogueira Reis
PRESIDENTE

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA
	20408				

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

C.P.F./Identidade

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL
08/02/2013 - Autoatendimento - 16:11:54
968271919 1061

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

=====

FAVORECIDO

CLIENTE

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

AGENCIA: 1479-6

CONTA: 5.924-2

VALOR TOTAL *

712,00

VR. ENVELOPE

1.649.559.075

* Valor sujeito a conferencia.

=====

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATÉ A OPERAÇÃO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

Comp. banco agencia 033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 306016 0 ***1.068,00***
Pague por este cheque a quantia de **UM MIL E SESSENTA E OITO REAIS** * * * * *
* * * * * e centavos acima

a **FERNANDA DURAES NORONHA** ou a sua ordem

CAIXA **M. CLAROS** 01 de **AERIL** de 20**14**

VEREDAS, 10 AV. DEP. EST. RODRIGUES 1111 MONTES CLAROS - MG
CONFECCAO - 06/13 MCTTRANS CNPJ/CNP 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCARIO DESDE 06/2002

10430443 03330601651 500314602020

LÍQUIDO A RECEBER: R\$ 1.068,00

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	000146020-2	500010	DOCUMENTO: R\$ 1.200,00
-------------------------	-------------	--------	-------------------------

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:
PG A FERNANDA DURÃES NORONHA, PRESIDENTE DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357 DE 11/06/2007 E PORTARIA MCTTRANS DTSV 0001/11.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP:12936318116

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 01/04/2014 *Joana Colen Brando* PRESIDENTE

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

Recebi da **EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans**, a importância acima especificada.

_____/_____/_____
Data Ass. Favorecido ou Procurador C.P.F/Identidade



Banco Itaú S/A

PROTOCOLO DEPOSITO EM CHEQUE CAIXA ELETRONICO
BANCO 341 CTR 000056 03/04/2014 15.02.13

AGENCIA: 6804 CONTA CORRENTE: 07322-6
R\$ 1.068,00
FERNANDA NORONHA
CAIXA ELETRONICO 61575/0238-MCLAROS

DEPOSITOS REALIZADOS APÓS O HORARIO DE
EXPEDIENTE BANCARIO ESTAO SUJEITOS A
EFETIVACAO SOMENTE NO DECORRER DO PROXIMO DIA
UTIL. DEPOSITOS REALIZADOS AOS SABADOS,
DOMINGOS E FERIADOS SAO EFETIVADOS NO DECORRER
DO PROXIMO DIA UTIL.

SE HOUVER DIFERENCA NO ENVELOPE, SERA LANÇADO
O VALOR ENCONTRADO. SE VAZIO, NAO SERA ABERTO
E PERMANECERA POR 60 DIAS NA AGENCIA ONDE FOI
DEPOSITADO, PARA COMPROVACAO: NESTES CASOS,
APENAS PARA REGISTRO, O VALOR INFORMADO PELO
CLIENTE SERA CREDITADO E ESTORNADO NO EXTRATO.

FERNANDA DUTRA NORONHA

Ag = 6804

c/c = 07322-6

OP = _____



R\$ 1.068,00

Banco Itaú

Comp. Banco Agência Cl Conta C2 Série Cheque nº CO RS
033 104 3044 0 03146020-2 0 AAA 306017 9 ***1.068,00***

Pague por este

cheque a quantia de

UM MIL E SESSENTA E OITO REAIS

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

CAIXA

M. CLAROS

01

de ABRIL

ou à sua ordem

de 14

VEREDAS, MG
AV. DEP. EST. RODRIGUES 1111
MONTES CLAROS, MG
CONFECCAO - 06/13

MCTTRANS
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430442 033060175 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 1.068,00

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357, DE 11/06/2007 E PORTARIAS RANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 01/04/2014.

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

Luiz André de F. Brandão
CH. 113

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

C.P.F./Identidade

Sandro Rui (32)

10/12
1.140.275,627

Ag: 1479 6

1.136.664,081
12/11

C/C: 5924-2

12/12
977

Grupo Brasil

1.068,00

09/12

1.280.749,032 / 1.299.389,850

SISBB - SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCII DO BRASIL
03/04/2014 - Autoatendimento - 14:41:22
968270563 0659

COMPROVANTE DE ENTREGA DE ENVELOPE
DEPOSITO EM CONTA CORRENTE - CHEQUE

FAVORECIDO

CLIENTE

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

AGENCIA: 1479-6

CONTA: 5.924-2

VALOR TOTAL *

1.068,00

NR. ENVELOPE

1.501.735.763

* Valor sujeito a conferencia.

GUARDE ESTE COMPROVANTE ATE A OPERACAO
SER PROCESSADA.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informacoes.

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3
018 104 3044 2 03146020-2 0 AAA 336756 4 (1.068,00)

Pague por este cheque a quantia de Um mil e sessenta e oito reais XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX

FERNANDA DURAES NORONHA

CAIXA

MONTES CLAROS 29 de JUNHO de 20 15

VEREDAS, MG
AV. DEF. EST. RODRIGUES, 802
MONTES CLAROS - MG
CONFECCAO - 03715

MCTRANS
CNPJ/CPF 05.477.480/0001-11
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

10430446 0183067565 500314602020

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

R\$ 1.200,00 R\$ 1.068,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A FERNANDA DURÃES NORONHA, PRESIDENTE DA 1ª JARI MCTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357 DE 11/06/2007 E ORTARIA MCTRANS DTSV 0001/11 -MÊS 06/2015.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP:12936318116

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 29/06/2015

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE

Renan Platini Soares Costa
Agente Admin. II

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

02/07/15
Data

Anoronha
Ass. Favorecido ou Procurador

084.830.936-77
C.P.F/Identidade

DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000033

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE PL. GES. E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 1068.00

*HUM MIL SESSENTA E OITO REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
1.200,00	20.00	240,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
IDENTIFICAÇÃO		
INSS.....: 12936318116		
CPF.....: 084.830.936-77		
G.....: MG14209620		
ÓRGÃO EMISSOR.: SSP -MG		
CONSELHO REGIONAL		
LOCAL E DATA		
LOCALIDADE....:		
DATA.....: 22/06/2015		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	1.200,00
02		0,00
	SOMA	1.200,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	132,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO 1.068,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

FERNANDA DURAES NORONHA

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3
018 104 5044 2 03146020-2 0 AAA 306/57 2 (R\$ 1.068,00)

Pague por este cheque a quantia de Um mil e sessenta e oito reais XX

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

CAIXA

MONTES CLAROS 29 de JUNHO de 2015

VEREDAS, MG
AV. DEP. EST. RODRIGUES, 402
MONTES CLAROS - MG
CONFECÇÃO - 03715

MCTTRANS
CNPJ/CPF 06.097.278670001-51
CLIENTE BANCÁRIO DESDE 06/2002

010430445 0183067575 50034602020

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

O A
ER:
8,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357, DE 11/06/2007 E PORTARIAS RANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04 - MÊS 06/2015.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

DATA: 29/06/2015.

Joana Colen Brandão
PRESIDENTE



Renan Platini Soares Costa
Agente Admin. II

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

02/07/2015
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04
C.P.F/Identidade

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000132

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE PL. GES. E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 1068.00

*HUM MIL SESSENTA E OITO REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
1.200,00	20.00	240,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
IDENTIFICAÇÃO		
INSS.....: 12441835450		
CPF.....: 823.175.346-04		
RG.....:		
ÓRGÃO EMISSOR.: -		
CONSELHO REGIONAL		
...		
LOCAL E DATA		
LOCALIDADE.....:		
DATA.....: 22/06/2015		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	1.200,00
02		0,00
	SOMA	1.200,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	132,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO

1.068,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

Comp. Banco Agência C1 Conta C2 Série Cheque nº C3 (R\$ 1.068,00)
018 104 3044 2 33146020-2 0 AAA 307773 X

Pague por este cheque a quantia de Um mil e sessenta e oito reais XX
XX

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

e centavos acima

ou à sua ordem

MONTES CLAROS 28

de JULHO

de 2016

CAIXA

VEREDAS, MG
AV. DEP. EST. RODRIGUES, 302
MONTES CLAROS, MG
CONFECCAO - 05/16

MCTTRANS
CNPJ/CPF 05.097.94670001-31
CLIENTE BANCARIO DESDE 06/2002

0180306431 01830777351 500314602020

LÍQUIDO A
RECEBER:
R\$ 1.068,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A SANDRO RUI NUNES PEREIRA, MEMBRO DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357, DE 11/06/2007 E PORTARIAS TRANSMONTES GTSV Nº 004/04, DE 28/09/04 E GAF Nº 018/04 DE 08/11/04 - MÊS 06/2016.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00

Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP: 12441835450

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

CH CONFERIDO POR:

Jovana Colen Brandão
Jovana Colen Brandão
PRESIDENTE

Renan Platini Soares Costa
Renan Platini Soares Costa
Chefe de Seção de Tesouraria

DATA: 28/07/2016.

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da **EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MONTES CLAROS - MCTrans**, a importância acima especificada.

08/08/2016

Data

Ass. Favorecido ou Procurador

823.175.346-04

C.P.F/Identidade

DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO
000145

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)
EMPRESA MUN. DE PL. GES. E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 1068.00

*HUM MIL SESENTA E OITO REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
1.200,00	20.00	240,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
IDENTIFICAÇÃO		
INSS.....: 12441835450		
CPF.....: 823.175.346-04		
RG.....:		
RGÃO EMISSOR.: -		
CONSELHO REGIONAL		
...		
LOCAL E DATA		
LOCALIDADE....:		
DATA.....: 19/07/2016		

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	1.200,00
02		0,00
	SOMA	1.200,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	132,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO 1.068,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

SANDRO RUI NUNES PEREIRA

Pague por este cheque a quantia de R\$ 1.068,00 e sessenta e oito reais e centavos acima ou à sua ordem

FERNANDA DURÃES NORONHA
a MONTES CLAROS 28 de JULHO de 2016



VEREDAS, MG
AV. DEP. EST. RODRIGUES, 802
MONTES CLAROS, MG
CONFECÇÃO - 05/16

MCTTRANS
CNPJ/CPF 05.097.946/0001-31
CLIENTE BANCARIO DESDE 06/2002

018430444 01830777254 500314602020

LÍQUIDO A RECEBER:
R\$ 1.068,00

ESPECIFICAÇÕES E DESCRIÇÕES:

PG A FERNANDA DURÃES NORONHA, PRESIDENTE DA 1ª JARI MCTTRANS, REF. GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS MEMBROS DA CITADA JUNTA PELA REALIZAÇÃO DE 12 REUNIÕES PARA JULGAMENTO DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, NOS TERMOS DO DOCUMENTO EM ANEXO, CONF. DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357 DE 11/06/2007 E PORTARIA MCTTRANS DTSV 0001/11 -MÊS 07/2016.

RETENÇÃO INSS: BASE DE CÁLCULO 11%, VALOR R\$ 132,00
Nº DE INSCRIÇÃO PIS/PASEP:12936318116

FACE A DESPESA ACIMA MENCIONADA, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS E OU/ SERVIÇOS PRESTADOS, AUTORIZO O PAGAMENTO DESTA IMPORTÂNCIA.

Joana Colen Branda
PRESIDENTE

CH CONFERIDO POR:

Renan Platini Soares Costa
Chefe de Seção de Tesouraria

DATA: 28/07/2016

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL

DATA	DÉBITO	CRÉDITO	VALOR R\$	Nº LANÇAMENTO	ASSINATURA

CONTABILIZADO

Recebi da EMPRESA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E EDUCAÇÃO EM TRÂNSITO E TRANSPORTES MONTES CLAROS - MCTrans, a importância acima especificada.

05/08/16
Data

Ass. Favorecido ou Procurador

084.830.935-77
C.P.F/Identidade

BOLÉTO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO - R P A

Nº DO RECIBO

000046

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

MATRÍCULA (CNPJ OU CEI)

EMPRESA MUN. DE PL. GES. E ED. EM T. T. DE M. CLAROS-MCTrans 05.097.946/0001-31

RECEBI DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REUNIOES PARA JULGAMENTO DE RE CURSOS INFRACOES TRANSITO , a importância de R\$ 1068.00

*HUM MIL SESSENTA E OITO REAIS*****

CONFORME DISCRIMINATIVO ABAIXO:

ESPECIFICAÇÃO

01	VALOR DO SERVIÇO PRESTADO	1.200,00
02		0,00
	SOMA	1.200,00

DESCONTOS

03	I.R.R.F	0,00
04	ISS não retido	0,00
05	INSS Segurado.	132,00
06		0,00
07		0,00
08		0,00
09	SEST/SENAT	0,00

VALOR LÍQUIDO 1.068,00

ASSINATURA

NOME COMPLETO

FERNANDA DURAES NORONHA

SALÁRIO BASE	TAXA	VALOR DO INSS
1.200,00	20.00	240,00
CARRETEIRO (VLR. BASE P/ CÁLCULO DO INSS)		
APLICAR 20,00 % SOBRE O VALOR DO FRETE PAGO		
IDENTIFICAÇÃO		
INSS.....: 12936318116		
CPF.....: 084.830.936-77		
RG.....: MG14209620		
ORGÃO EMISSOR.: SSP -MG		
CONSELHO REGIONAL		
LOCAL E DATA		
LOCALIDADE.....:		
DATA.....: 19/07/2016		



DECRETO Nº 1.943, DE 05 DE JUNHO DE 2002.

"Regulamenta o Art. 7º, da Lei Municipal nº 2.902/02, o Art. 6º, do Estatuto Social da TRANSMONTES criando Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI e aprovando o Regimento Interno das mesmas".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 99, inciso I, letra a) e f), da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG;

Considerando ser a Empresa Municipal de Transporte e Trânsito de Montes Claros - TRANSMONTES a gestora das atividades de transporte e trânsito deste Município, a teor do que estabelece a Lei Municipal nº 2.906, de 29 de maio de 2001 e o Decreto Municipal nº 1.912/A, de 30 de novembro de 2001, que aprovou seu Estatuto Social;

Considerando que a TRANSMONTES, nos termos do artigo 5º da Lei Municipal 2.906 e artigo 4º do seu Estatuto, tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego, trânsito e sistema viário, incumbindo-lhe especialmente apoiar, administrativa e financeiramente, as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações que funcionarem junto à mesma;

Considerando competir a TRANSMONTES, de acordo com o artigo 7º da Lei Municipal 2.902 e artigo 6º do seu Estatuto Social, exercer as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar que seja de competência do Município;

Considerando o disposto nos artigos 16 e 17 do Código de Trânsito Brasileiro que prevêem a constituição, funcionamento e competência das Juntas Administrativas de Recursos e Infrações-JARI, e ainda as diretrizes para estabelecimento da JARI e as resoluções nº 64 e 65, de 23/09/98, editadas pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas duas Juntas Administrativa de Recursos de Infrações-JARI, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra infração à legislação de Trânsito referente à parada, estacionamento e circulação.

Art. 2º - Compete a JARI.

I - Julgar os recursos interpostos por infratores;



II - Solicitar aos órgãos ou entidades de trânsito informações complementares relativas aos recursos, objetivando a melhor análise dos mesmos;

III - Encaminhar aos órgãos ou entidades de trânsito as informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, que se repitam sistematicamente;

IV - Entender-se com entidades públicas e privadas em matéria específica de sua alçada.

Art. 3º - Cada JARI será composta por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, conforme especificações abaixo, cujas designações serão oficializadas através de Portaria da TRANSMONTES, mediante prévia indicação de seus membros pelo Prefeito Municipal;

I - Um representante indicado pelo Prefeito, que a presidirá;

II - Um representante da entidade máxima local representativa dos condutores de veículos, com conhecimento da legislação de trânsito.

III - Um representante da TRANSMONTES, com conhecimento da legislação de trânsito.

§ 1º - Os membros suplentes serão indicados e designados obedecendo os mesmos critérios exigidos aos efetivos.

§ 2º - O empregado da TRANSMONTES, que for designado membro da JARI, gozará de garantia de emprego desde a sua designação até um ano após o final de seu mandato.

§ 3º - A Coordenação Geral das Juntas será exercida pelo Presidente da 1ª Junta, e no seu impedimento a substituição será efetivada pelo Presidente da 2ª Junta.

§ 4º - Não poderão ser indicados membros efetivos ou suplentes da JARI pessoas que não possuam Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 4º - O mandato de cada membro da JARI é de um ano, proibida a recondução.

Art. 5º - Os recursos apresentados a JARI serão distribuídos, alternadamente, aos seus 03 (três) membros, como relatores, e, salvo motivo justo, julgados na ordem cronológica de sua interposição, assegurando preferência aos que discutam sobre penalidade de apreensão do veículo.

Art. 6º - Os membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações receberão gratificação correspondente a 50 UFIR, por reunião realizada no mês.



Parágrafo Único – A gratificação de que trata o “Caput” do artigo será devida aos membros suplentes somente quando em substituição dos membros efetivos, correspondente ao número de reunião que tiver participado.

Art. 7º - A TRANSMONTES prestará apoio administrativo e financeiro a JARI.


Art. 8º - As Juntas observarão nos julgamentos dos recursos interpostos o dispositivo na seção II, do capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro, demais normas aplicadas e subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

Art. 9º - As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos em sessão plenária dos membros da JARI e, quando necessário, através de consulta ao CETRAN.

Art. 10 - As Juntas Administrativas de Recursos de Infração – JARI, serão disciplinadas na forma estabelecida no regimento interno, ora aprovado, que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 11 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 05 de Junho de 2002.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal





ANEXO DO DECRETO Nº 1.943 DE 05 DE JUNHO DE 2002.

REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

**CAPÍTULO I
CATEGORIA E FINALIDADE**

Art. 1º - As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI, instituídas pela Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como as diretrizes para estabelecimento da JARI e as Resoluções nº 61 e 65, de 23/09/98, editadas pelo CONTRAN, têm por finalidade:

I – Julgar os recursos interpostos contra penalidades aplicadas em decorrência de infrações à legislação de Trânsito constantes dos incisos VI e VII do artigo 24, bem como dos artigos 95, 245 e 246 do Código de Trânsito Brasileiro;

II – Requisitar laudos, perícias, exames e provas documentais para a instrução e julgamento dos recursos;

III – Receber, instruir e encaminhar ao Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN os recursos contra suas decisões;

IV – Entender-se com entidades públicas e privadas em matéria específica de sua alçada.

**CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO**

**SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º - Cada JARI será composta por 03 (três) membros efetivos e por 03 (três) suplentes, designados por Portaria do Diretor-Presidente, da seguinte forma:

I – Um representante indicado pelo Prefeito, com curso superior e conhecimento de legislação de trânsito que a presidirá;

II – Um representante da entidade máxima local representativa dos condutores de veículos, com conhecimentos de legislação de trânsito;

III – Um representante da TRANSMONTES, com conhecimentos específicos na área de legislação de trânsito.

[Assinatura]



§ 1º - Os membros suplentes serão indicados e designados obedecendo os mesmos critérios exigidos aos efetivos.

§ 2º - A Coordenação Geral das Juntas será exercida pela 1ª Junta, e no seu impedimento a substituição será efetivada pelo Presidente da 2ª Junta.

§ 3º - Não poderão ser indicados membros efetivos ou suplentes da JARI pessoas que participem de Conselho de Trânsito ou que não possuam Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 3º - Os membros efetivos e respectivos suplentes da JARI são designados através de ato do Presidente da TRANSMONTES, mediante prévia indicação de seus membros pelo Prefeito Municipal, para mandato de um ano, vedada a recondução.

Art. 4º - Será destituído da JARI o membro efetivo ou suplente que:

I - Deixar de comparecer a três sessões consecutivas sem causa justificada;

II - Retiver, simultaneamente, dez processos, além do prazo regimental, sem relatá-los;

III - Empregar, direta ou indiretamente, meios irregulares para procrastinar o exame ou o julgamento de qualquer processo, ou praticar, no exercício da função, algum ato de favorecimento ilícito.

Art. 5º - O Presidente e os demais membros efetivos da JARI serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelos seus respectivos suplentes.

Parágrafo Único - No caso de impedimento ou renúncia de membro efetivo, o suplente completará o período estabelecido no artigo 3º deste regimento interno.

Art. 6º - Os membros deverão declarar-se impedidos de estudar, funcionar, discutir e votar em processo de seu interesse ou de interesse de pessoa física ou jurídica com a qual possuam qualquer vínculo direto ou indireto, especialmente:

I - Quando o processo envolver interesse direto do cônjuge, parente consanguíneo ou afim, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

II - Quando tiverem interesse particular na decisão.

Parágrafo Único - Declarado o impedimento, este será registrado por escrito no processo, que será devolvido à Secretaria da JARI para nova distribuição, com posterior compensação.

[Assinatura]



SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que impôs a penalidade, mediante petição escrita dirigida ao Presidente da JARI, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de notificação da penalidade, por via postal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município, e na forma dos artigos 285 e 286 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

§ 1º - A cada penalidade imposta por infração cometida poderá ser interposto um recurso específico.

§ 2º - Os recursos apresentados à JARI serão distribuídos, alternadamente, aos seus três membros efetivos, que funcionarão como relatores, e, salvo motivo justo, julgados em ordem cronológica de interposição, assegurado preferência aos que discutam sobre a penalidade de apreensão do veículo.

§ 3º - Caberá a Secretaria da JARI efetuar a distribuição do recurso, em prazo não superior a 72 (setenta e duas) horas de sua entrada no protocolo.

Art. 8º - A Secretaria da JARI certificará nos autos, antes da remessa deste ao relator a intempestividade, do recurso.

Art. 9º - Recebido o processo pelo relator, este terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para estudo e devolução do mesmo à Secretaria da JARI, a fim de ser incluído na pauta da próxima sessão de julgamento.

§ 1º - Se entender necessário e essencial ao julgamento do recurso, poderá o relator, ou outro membro da JARI solicitar diligência.

§ 2º - No caso do parágrafo anterior, caberá à Secretaria da JARI tomar as devidas providências, para rápida realização da diligência solicitada.

§ 3º - Realizada a diligência, o processo retornará a quem a solicitou, procedendo este na forma do "Caput" deste artigo.

Art. 10 - Os processos instruídos deverão ser julgados no prazo máximo de trinta dias consecutivos, contados da data de sua entrada na Secretaria da JARI.

Parágrafo Único - Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado no prazo previsto neste artigo, o Presidente da Junta poderá, de ofício ou a requerimento do interessado formalizar à autoridade de trânsito pedido de efeito suspensivo.



Art. 11 - Devolvido o processo pelo relator, à Secretaria da JARI, esta providenciará a sua inclusão na pauta de julgamento da sessão seguinte.

Art. 12 - A JARI reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana em dias e horários previamente fixados por seu Presidente e, extraordinariamente, sempre que por ele convocada ou a pedido dos outros dois membros efetivos.

Art. 13 - Das sessões realizadas serão lavradas atas, assinadas por todos os membros presentes, efetivos ou suplentes, transcrevendo-se em cada processo a decisão correspondente.

Art. 14 - No dia e hora do ano da convocação, o Presidente abrirá a sessão e fará observar a seguinte ordem do dia:

I - leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II - Expediente;

III - Discussão e julgamento dos recursos em pauta.

Art. 15 - Anunciada a apresentação do processo para julgamento, o Presidente oferecerá a palavra ao respectivo relator, que, de forma escrita e verbal, apresentará o seu relatório e as conclusões que serão debatidas na sequência, se for o caso.

Parágrafo Único - Encerrados os debates, o Presidente colherá os votos do relator e dos membros, e, se ocorrer empate, pronunciará o seu voto.

Art. 16 - Não será admitida sustentação oral das partes ou de seus procuradores no julgamento dos recursos.

Art. 17 - Os recursos constantes da pauta e não levados a julgamento serão automaticamente incluídos na pauta da sessão seguinte.

Art. 18 - As decisões da JARI serão tomadas por maioria, cabendo ao Presidente anuncia-las, após anotação na pauta de julgamento.

§ 1º - As decisões serão transcritas no processo correspondente e na ata da sessão, com clareza e precisão.

§ 2º - Dar-se-á conhecimento das decisões, mediante publicação em órgão da imprensa local e no caso de recursos provido, também através de correspondência, com aviso de recebimento.



Art. 19 - Das decisões da JARI caberá recurso ao CETRAN.

§ 1º - O recurso deverá ser interposto mediante petição escrita, apresentada ao Presidente da JARI, no prazo de trinta dias, contados da data de publicação da decisão recorrida, na forma dos artigos 288 e 289 do CTB.

§ 2º - O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3º - O recurso ao CETRAN somente será admitido mediante a comprovação do pagamento da multa no ato de sua interposição.

§ 4º - O Coordenador-Geral das Juntas remeterá os recursos ao CETRAN, com as informações que entender necessárias, no prazo de dez dias úteis subseqüentes à sua apresentação e, se o entender intempestivo, assinalará o fato no despacho de encaminhamento.

SEÇÃO III **DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA JARI**

Art. 20 - Ao Coordenador-Geral das Juntas incumbe:

I – Representar a JARI perante qualquer entidade de direito público ou de direito privado;

II – Convocar os membros das Juntas para que, em sessão plenária, possam deliberar sobre dúvidas, contradições e controvérsias oriundas de decisões das Juntas.

a) As deliberações tomadas em sessão plenária terão efeito vinculante para todas as Juntas.

b) As deliberações das sessões plenárias deverão ser aprovadas por, no mínimo, dois terços dos membros das Juntas.

III – Estabelecer as incumbências pertinentes à Secretaria da JARI;

IV – Comunicar a autoridade de trânsito impedimentos ou renúncias ocorridas, relativas aos membros da JARI;

V – Apresentar a autoridade de trânsito relatório anual de atividades;

VI – Realizar inspeções diretas em todos os livros de atas e de distribuição de processos;

VII – Autorizar a restituição de documentos e a expedição de certidões, traslados ou cópias;

VIII – Remeter ao CETRAN os recursos interpostos contra decisões da JARI, com as informações necessárias;

IX – Determinar, após certificado nos autos, o arquivamento do processo cuja decisão permaneceu irrecorrida;

X – Autorizar, após 05 (cinco) anos de arquivamento definitivo, a destruição por processo físico ou químico dos autos de processos findos;



XI – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno, as leis e regulamentos e vigor.

Art. 21 - Ao Presidente da JARI incumbe:

I – Convocar e presidir as sessões e aprovar as respectivas pautas;

II – Dirigir os trabalhos, resolver as questões de ordem, apurar votações e anotar, na pauta, o resultado de cada julgamento;

III – Resolver sobre divergências verificadas nos textos das decisões;

IV – Instruir e encaminhar ao Coordenador-Geral das Juntas, recursos interpostos contra decisões da JARI;

V – Convocar suplentes nas ausências e impedimentos dos respectivos membros efetivos;

VI – Cientificar o Coordenador-Geral das Juntas, sobre pedido de efeito suspensivo a recurso encaminhado à autoridade de trânsito;

VII – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno, as leis e regulamentos em vigor.

Art. 22 - Aos membros da JARI incumbe:

I – Estudar os processos e assuntos que lhe forem submetidos;

II – Apresentar relatórios e votos nos processos a serem submetidos a julgamento;

III – Pedir, justificadamente, preferência para julgamento de qualquer processo;

IV – Requerer, justificadamente, convocação de sessão extraordinária;

V – Sugerir ao Presidente medidas de aperfeiçoamento dos serviços;

VI – Cumprir o presente Regimento Interno, as leis e regulamentos em vigor.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA DA JARI

Art. 23 - À Secretaria da JARI incumbe:

I – Atender às sessões e lavrar a respectiva ata;

II – Transcrever as decisões nos processos;

III – Fazer a distribuição dos processos aos membros, seguindo o critério estabelecido no art. 7º deste Regulamento;

IV – Preparar e divulgar a pauta de julgamento;

V – Atender às diligências solicitadas;



VI - Preparar os expedientes que devam ser assinados pelo Coordenador - Geral das Juntas e pelos Presidentes das respectivas Juntas;

VII - Manter sob sua guarda e responsabilidade os livros de ata e distribuição e os processos;

VIII - Dar conhecimento ao Coordenador-Geral das Juntas e aos Presidentes, dos processos com prazos vencidos;

IX - Atender e orientar as partes ou seus procuradores;

X - Organizar e manter atualizados os registros e comentários das decisões das Juntas, do CETRAN e do CONTRAN;

XI - Coligir, registrar e classificar a legislação e a jurisprudência administrativa e judicial de interesse da JARI, sob a orientação do Coordenador-Geral das Juntas;

XII - Subscriver certidões, traslados e cópias requeridos, depois de autorizados pelo Coordenador-Geral das Juntas;

XIII - Registrar o comparecimento dos membros efetivos às sessões;

XIV - Cumprir o presente Regimento Interno, as leis e os regulamentos em vigor.

CAPÍTULO III DO APOIO ADMINISTRATIVO

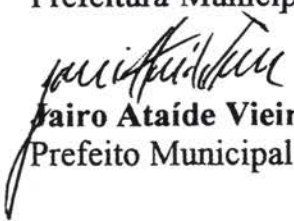
Art. 24 - A TRANSMONTES deverá prover os meios necessários de apoio às JARIs.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 - As JARIs reger-se-ão pela legislação federal de trânsito, por este Regimento e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil, no que couber.

Art. 26 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidos em sessão plenária dos membros das Juntas, e, quando necessário, através de consulta ao CETRAN.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 05 de junho de 2002.


Fausto Ataíde Vieira
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211 – CEP 39.401-002 – Montes Claros – MG
- Consultoria Jurídica -

DECRETO N° 2.010, DE 18 DE JUNHO DE 2003

ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL N° 1.943, DE 05 DE JUNHO DE 2002 E DE SEU ANEXO – REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES.

O Prefeito Municipal de Montes Claros-MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto no artigo 99, inciso I, letra “a” e “f”, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG, bem como o disposto no art. 7º da Lei 2.906, de 29/05/2001 e no artigo 6º do seu Estatuto Social

DECRETA:

Art. 1º- Os artigos 4º e 6º do Decreto nº 1.943, de 05 de junho de 2002, que cria duas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito-JARI, neste Município, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 4º- O mandato de cada membro da JARI é de dois anos, permitindo-se a recondução por igual período.”

Art. 6º- Os membros das Juntas Administrativas de Recursos, de Infrações - JARI, receberão gratificação correspondente a R\$ 60,00 (sessenta reais), por reunião realizada no mês.”

Art. 2º- Os artigos 2º e 3º do ANEXO ao Decreto nº 1.943, que aprova o Regimento Interno das Juntas Administrativas, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 2º- Cada JARI será composta por 03 (três) membros efetivos e por 03 (três) suplentes, designados por Portaria da TRANSMONTES, da seguinte forma:

Art. 3º- Os membros efetivos e respectivos suplentes da JARI são designados através de ato do Presidente da TRANSMONTES, mediante prévia indicação de seus membros pelo Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitindo-se a recondução por igual período.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211 – CEP 39.401-002 – Montes Claros – MG
- Consultoria Jurídica -

Art. 3º- O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 18 de junho de 2003


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal






MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
Procuradoria Geral



DECRETO MUNICIPAL Nº 2.357, DE 11 DE JUNHO DE 2.007.

ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.943 DE 05 DE JUNHO DE 2002 E DE SEU ANEXO – REGIMENTO INTERNO DAS JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE INFRAÇÕES.

O Prefeito Municipal de Montes Claros, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 99, inciso I, alínea "a" e "i", da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 6º do Decreto nº 1.943, de 05 de junho de 2002, que cria duas juntas administrativas de Recursos de Infrações de Trânsito – JARI, neste Município, alterado pelo Decreto 2.010 de 18 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Os membros das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, receberão gratificação correspondente a R\$ 100,00 (cem reais) por reunião realizada no mês."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 02 (dois) de abril de 2007.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria GAF nº 018/04 de 08 de novembro de 2004.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 11 de junho de 2007.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



RESOLUÇÃO Nº 619, DE 06 DE SETEMBRO DE 2016.

Estabelece e normatiza os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, usando da competência que lhe confere os incisos I, II e VIII do artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, e

Considerando a edição da Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

Considerando a necessidade de estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 do CTB;

Considerando a necessidade de uniformizar e aperfeiçoar os procedimentos relativos à lavratura do Auto de Infração, expedição da notificação da autuação, identificação do condutor infrator e aplicação das penalidades de advertência por escrito e de multa, pelo cometimento de infrações de responsabilidade do proprietário ou do condutor do veículo, com vistas a garantir maior eficácia, segurança e transparência dos atos administrativos;

Considerando a necessidade do estabelecimento de regras e padronização de documentos para arrecadação de multas de trânsito e a retenção, recolhimento e a prestação de informações do percentual de cinco por cento do valor arrecadado das multas destinados à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET;

Considerando a necessidade de identificação inequívoca do real infrator e a necessidade de estabelecer as responsabilidades pelas infrações a partir de uma base de informações nacional única;

Considerando a necessidade de estabelecer regras e padronização para o acréscimo de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do

pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

Considerando o que consta do Processo nº 80001.002866/2003-35, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer e normatizar os procedimentos para a aplicação das multas por infrações, a arrecadação e o repasse dos valores arrecadados, nos termos do inciso VIII do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, entende-se por:

I - Auto de Infração de Trânsito: é o documento que dá início ao processo administrativo para imposição de punição, em decorrência de alguma infração à legislação de trânsito.

II - notificação de autuação: é o procedimento que dá ciência ao proprietário do veículo de que foi cometida uma infração de trânsito com seu veículo. Caso a infração não tenha sido cometida pelo proprietário do veículo, deverá ser indicado o condutor responsável pelo cometimento da infração.

III - notificação de penalidade: é o procedimento que dá ciência da imposição de penalidade bem como indica o valor da cobrança da multa de trânsito.

IV - autuador: os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários competentes para julgar a defesa da autuação e aplicar penalidade de multa de trânsito;

V - arrecadador: os órgãos e entidades executivos de trânsito e rodoviários que efetuam a cobrança e o recebimento da multa de trânsito (de sua competência ou de terceiros), sendo responsáveis pelo repasse dos 5% (cinco por cento) do valor da multa de trânsito à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET;

VI - RENACH: Registro Nacional de Condutores Habilitados;

VII - RENAVAL: Registro Nacional de Veículos Automotores;

VIII - RENAINF: Registro Nacional de Infrações de Trânsito.

Art. 3º Constatada a infração pela autoridade de trânsito ou por seu agente, ou ainda comprovada sua ocorrência por aparelho eletrônico ou por equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnológico disponível,

previamente regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, será lavrado o Auto de Infração de Trânsito que deverá conter os dados mínimos definidos pelo art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º O Auto de Infração de Trânsito de que trata o *caput* deste artigo poderá ser lavrado pela autoridade de trânsito ou por seu agente:

I - por anotação em documento próprio;

II - por registro em talão eletrônico isolado ou acoplado a equipamento de detecção de infração regulamentado pelo CONTRAN, atendido o procedimento definido pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN; ou

III - por registro em sistema eletrônico de processamento de dados quando a infração for comprovada por equipamento de detecção provido de registrador de imagem, regulamentado pelo CONTRAN.

§ 2º O órgão ou entidade de trânsito, sempre que possível, deverá imprimir o Auto de Infração de Trânsito elaborado nas formas previstas nos incisos II e III do parágrafo anterior para início do processo administrativo previsto no Capítulo XVIII do CTB, sendo dispensada a assinatura da Autoridade ou de seu agente.

§ 3º O registro da infração, referido no inciso III do § 1º deste artigo, será referendado por autoridade de trânsito, ou seu agente, que será identificado no Auto de Infração de Trânsito.

§ 4º Sempre que possível o condutor será identificado no momento da lavratura do Auto de Infração de Trânsito.

§ 5º O Auto de Infração de Trânsito valerá como notificação da autuação quando for assinado pelo condutor e este for o proprietário do veículo.

§ 6º Para que a notificação da autuação se dê na forma do § 5º, o Auto de Infração de Trânsito deverá conter o prazo para apresentação da defesa da autuação, conforme § 4º do art. 4º desta Resolução.

§ 7º O talão eletrônico previsto no inciso II do § 1º desta Resolução trata-se de sistema informatizado (*software*) instalado em equipamentos preparados para este fim ou no próprio sistema de registro de infrações dos órgãos ou entidades de trânsito, na forma disciplinada pelo DENATRAN.

CAPÍTULO II

DA NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO

Art. 4º À exceção do disposto no § 5º do artigo anterior, após a verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito, a autoridade de trânsito expedirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do cometimento da infração, a Notificação da Autuação dirigida ao proprietário do veículo, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB.

§ 1º Quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio.

§ 2º Quando utilizado sistema de notificação eletrônica, a expedição se caracterizará pelo envio eletrônico da notificação da atuação pelo órgão ou entidade de trânsito ao proprietário do veículo.

§ 3º A não expedição da notificação da autuação no prazo previsto no *caput* deste artigo ensejará o arquivamento do Auto de Infração de Trânsito.

§ 4º Da Notificação da Autuação constará a data do término do prazo para a apresentação da Defesa da Autuação pelo proprietário do veículo ou pelo condutor infrator devidamente identificado, que não será inferior a 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da autuação ou publicação por edital, observado o disposto no art. 13 desta Resolução.

§ 5º A autoridade de trânsito poderá socorrer-se de meios tecnológicos para verificação da regularidade e da consistência do Auto de Infração de Trânsito.

§ 6º Os dados do condutor identificado no Auto de Infração de Trânsito deverão constar na Notificação da Autuação, observada a regulamentação específica.

§ 7º Torna-se obrigatória atualização imediata da base nacional, por parte dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, sempre que houver alteração dos dados cadastrais do veículo e do condutor.

Seção I

Da Identificação do Condutor Infrator

Art. 5º Sendo a infração de responsabilidade do condutor, e este não for identificado no ato do cometimento da infração, a Notificação da Autuação deverá ser acompanhada do Formulário de Identificação do Condutor Infrator, que deverá conter, no mínimo:

I - identificação do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação;

II - campos para o preenchimento da identificação do condutor infrator: nome e números de registro dos documentos de habilitação, identificação e CPF;

III - campo para a assinatura do proprietário do veículo;

IV - campo para a assinatura do condutor infrator;

V - placa do veículo e número do Auto de Infração de Trânsito;

VI - data do término do prazo para a identificação do condutor infrator e interposição da defesa da autuação;

VII - esclarecimento das consequências da não identificação do condutor infrator, nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 257 do CTB;

VIII - instrução para que o Formulário de Identificação do Condutor Infrator seja acompanhado de cópia reprográfica legível do documento de habilitação do condutor infrator e do documento de identificação do proprietário do veículo ou seu representante legal, o qual, neste caso, deverá juntar documento que comprove a representação;

IX - esclarecimento de que a indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário de identificação do condutor estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo e acompanhado de cópia reprográfica legível dos documentos relacionados no inciso anterior;

X - endereço para entrega do Formulário de Identificação do Condutor Infrator;
e

XI - esclarecimento sobre a responsabilidade nas esferas penal, cível e administrativa, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos.

§ 1º Na impossibilidade da coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos incisos deste artigo, deverá ser anexado ao Formulário de Identificação do Condutor Infrator:

I - ofício do representante legal do Órgão ou Entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento do cometimento da infração, para veículo registrado em nome dos Órgãos ou Entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; ou

II - cópia de documento onde conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprove a posse do veículo no momento do cometimento da infração, para veículos registrados em nome das demais pessoas jurídicas.

§ 2º No caso de identificação de condutor infrator em que a situação se enquadre nas condutas previstas nos incisos do art. 162 do CTB, serão lavrados, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais previstas no CTB, os respectivos Autos de Infração de Trânsito:

I - ao proprietário do veículo, por infração ao art. 163 do CTB, exceto se o condutor for o proprietário; e

II - ao condutor indicado, ou ao proprietário que não indicá-lo no prazo estabelecido, pela infração cometida de acordo com as condutas previstas nos incisos do art. 162 do CTB.

§ 3º Ocorrendo a situação prevista no parágrafo anterior, o prazo para expedição da notificação da autuação de que trata o inciso II, parágrafo único, do art. 281 do CTB, será contado a partir da data do protocolo do Formulário de Identificação do Condutor Infrator junto ao órgão autuador ou do prazo final para indicação.

§ 4º Em se tratando de condutor estrangeiro, além do atendimento às demais disposições deste artigo, deverão ser apresentadas cópias dos documentos previstos em legislação específica.

§ 5º O formulário de identificação do condutor infrator poderá ser substituído por outro documento, desde que contenha as informações mínimas exigidas neste artigo.

§ 6º Os órgãos e entidades de trânsito deverão registrar as indicações de condutor no RENACH, administrado pelo DENATRAN, o qual disponibilizará os registros de indicações de condutor de forma a possibilitar o acompanhamento e averiguações das reincidências e irregularidades nas indicações de condutor infrator, articulando-se, para este fim, com outros órgãos da Administração Pública.

§ 7º Constatada irregularidade na indicação do condutor infrator, capaz de configurar ilícito penal, a Autoridade de Trânsito deverá comunicar o fato à autoridade competente.

§ 8º O documento referido no inciso II do § 1º deverá conter, no mínimo, identificação do veículo, do proprietário e do condutor, cláusula de responsabilidade pelas infrações e período em que o veículo esteve na posse do condutor apresentado, podendo esta última informação constar de documento em separado assinado pelo condutor.

Seção II

Responsabilidade do Proprietário

Art. 6º O proprietário do veículo será considerado responsável pela infração cometida, respeitado o disposto no § 2º do art. 5º, nas seguintes situações:

I - caso não haja identificação do condutor infrator até o término do prazo fixado na Notificação da Autuação;

II - caso a identificação seja feita em desacordo com o estabelecido no artigo anterior; e

III - caso não haja registro de comunicação de venda à época da infração.

Art. 7º Ocorrendo a hipótese prevista no artigo anterior e sendo o proprietário do veículo pessoa jurídica, será imposta multa, nos termos do § 8º do art. 257 do CTB, expedindo-se a notificação desta ao proprietário do veículo, nos termos de regulamentação específica.

Art. 8º Para fins de cumprimento desta Resolução, no caso de veículo objeto de penhor ou de contrato de arrendamento mercantil, comodato, aluguel ou arrendamento não vinculado ao financiamento do veículo, o possuidor, regularmente constituído e devidamente registrado no órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal, nos termos de regulamentação específica, equipara-se ao proprietário do veículo.

Parágrafo único. As notificações de que trata esta Resolução somente deverão ser enviadas ao possuidor previsto neste artigo no caso de contrato com vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Seção III

Da Defesa da Autuação

Art. 9º Interposta a Defesa da Autuação, nos termos do § 3º do art. 4º desta Resolução, caberá à autoridade competente apreciá-la, inclusive quanto ao mérito.

§ 1º Acolhida a Defesa da Autuação, o Auto de Infração de Trânsito será cancelado, seu registro será arquivado e a autoridade de trânsito comunicará o fato ao proprietário do veículo.

§ 2º Não sendo interposta Defesa da Autuação no prazo previsto ou não acolhida, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade correspondente, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO III

DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR ESCRITO

Art. 10. Em se tratando de infrações de natureza leve ou média, a autoridade de trânsito, nos termos do art. 267 do CTB, poderá, de ofício ou por solicitação do

interessado, aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito, na qual deverão constar os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica.

§ 1º Até a data do término do prazo para a apresentação da defesa da autuação, o proprietário do veículo, ou o condutor infrator, poderá requerer à autoridade de trânsito a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Não cabe recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI da decisão da autoridade que aplicar a Penalidade de Advertência por Escrito solicitada com base no § 1º, exceto se essa solicitação for concomitante à apresentação de defesa da autuação.

§ 3º Para fins de análise da reincidência de que trata o *caput* do art. 267 do CTB, deverá ser considerada apenas a infração referente à qual foi encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

§ 4º A aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito deverá ser registrada no prontuário do infrator depois de encerrada a instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

§ 5º Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o DENATRAN deverá disponibilizar transação específica para registro da Penalidade de Advertência por Escrito no RENACH e no RENAVAM, bem como, acesso às informações contidas no prontuário dos condutores e veículos para consulta dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 6º A Penalidade de Advertência por Escrito deverá ser enviada ao infrator, no endereço constante em seu prontuário ou por sistema de notificação eletrônica, se disponível.

§ 7º A aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito não implicará em registro de pontuação no prontuário do infrator.

§ 8º Caso a autoridade de trânsito não entenda como medida mais educativa a aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, aplicará a Penalidade de Multa.

§ 9º A notificação devolvida por desatualização do endereço do infrator junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo seu prontuário será considerada válida para todos os efeitos.

§ 10. Na hipótese de notificação por meio eletrônico, se disponível, o proprietário ou o condutor autuado será considerado notificado 30 (trinta) dias após a inclusão da informação no sistema eletrônico.

§ 11. Para cumprimento do disposto no § 1º, o infrator deverá apresentar, ao órgão ou entidade responsável pela aplicação da penalidade, documento emitido pelo órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo seu prontuário, que demonstre as infrações cometidas, se houverem, referente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da infração, caso essas informações não estejam disponíveis no RENACH.

§ 12. Até que as providências previstas no § 5º sejam disponibilizadas aos órgãos autuadores, a Penalidade de Advertência por Escrito poderá ser aplicada por solicitação da parte interessada.

§ 13. Para atendimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão registrar e atualizar os registros de infrações e os dados dos condutores por eles administrados nas bases de informações do DENATRAN.

CAPÍTULO IV

DA NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE DE MULTA

Art. 11. A Notificação da Penalidade de Multa deverá conter:

I - os dados mínimos definidos no art. 280 do CTB e em regulamentação específica;

II - a comunicação do não acolhimento da Defesa da Autuação ou da solicitação de aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito;

III - o valor da multa e a informação quanto ao desconto previsto no art. 284 do CTB;

IV - data do término para apresentação de recurso, que será a mesma data para pagamento da multa, conforme §§ 4º e 5º do art. 282 do CTB;

V - campo para a autenticação eletrônica, regulamentado pelo DENATRAN; e

VI - instruções para apresentação de recurso, nos termos dos arts. 286 e 287 do CTB.

Parágrafo único. O órgão ou entidade integrante do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela expedição da Notificação da Penalidade de Multa deverá utilizar documento próprio para arrecadação de multa que contenha as características estabelecidas pelo DENATRAN.

Art. 12. Até a data de vencimento expressa na Notificação da Penalidade de Multa ou enquanto permanecer o efeito suspensivo sobre o Auto de Infração de Trânsito, não incidirá qualquer restrição, inclusive para fins de licenciamento e transferência, nos arquivos do órgão ou entidade executivo de trânsito responsável pelo registro do veículo.

CAPÍTULO V

DA NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

Art. 13. Esgotadas as tentativas para notificar o infrator ou o proprietário do veículo por meio postal ou pessoal, as notificações de que trata esta Resolução serão realizadas por edital publicado em diário oficial, na forma da lei, respeitados o disposto no §1º do art. 282 do CTB e os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva.

§ 1º Os editais de que trata o *caput* deste artigo, de acordo com sua natureza, deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Edital da Notificação da Autuação:

- a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;
- b) instruções e prazo para apresentação de defesa da autuação;
- c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração e código da infração com desdobramento.

II - Edital da Notificação da Penalidade de Advertência por Escrito:

- a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;
- b) instruções e prazo para interposição de recurso, observado o disposto no § 2º do art. 10 desta Resolução;
- c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração com desdobramento e número de registro do documento de habilitação do infrator.

III - Edital da Notificação da Penalidade de Multa:

- a) cabeçalho com identificação do órgão autuador e do tipo de notificação;
- b) instruções e prazo para interposição de recurso e pagamento;
- c) lista com a placa do veículo, número do Auto de Infração de Trânsito, data da infração, código da infração com desdobramento e valor da multa.

§ 2º É facultado ao órgão autuador publicar extrato resumido de edital no Diário Oficial, o qual conterá as informações constantes das alíneas “a” e “b” dos incisos I, II ou III do §1º deste artigo, sendo obrigatória a publicação da íntegra do edital, contendo todas as informações descritas no §1º deste artigo, no seu sítio eletrônico na *Internet*.

§ 3º As publicações de que trata este artigo serão válidas para todos os efeitos, não isentando o órgão de trânsito de disponibilizar as informações das notificações, quando solicitado.

§ 4º As notificações enviadas eletronicamente dispensam a publicação por edital.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 14. Aplicadas as penalidades de que trata esta Resolução, caberá recurso em primeira instância na forma dos artigos 285, 286 e 287 do CTB, que serão julgados pelas JARI que funcionam junto ao órgão de trânsito que aplicou a penalidade, respeitado o disposto no § 2º do art. 10 desta Resolução.

Art. 15. Das decisões da JARI caberá recurso em segunda instância na forma dos arts. 288 e 289 do CTB.

Art. 16. O recorrente deverá ser informado das decisões dos recursos de que tratam os artigos 14 e 15.

Parágrafo único. No caso de deferimento do recurso de que trata o art. 13, o recorrente deverá ser informado se a autoridade recorrer da decisão.

Art. 17. Somente depois de esgotados os recursos, as penalidades aplicadas poderão ser cadastradas no RENACH.

CAPÍTULO VII

DO VALOR PARA PAGAMENTO DA MULTA

Art. 18. Sujeitam-se ao disposto no § 4º do art. 284 do CTB apenas os autos de infrações lavrados a partir de 1º de novembro de 2016.

Seção I

Para pagamento até a data de vencimento indicada na Notificação de Penalidade:

Art. 19. Pelo valor equivalente a 80% (oitenta por cento) do valor original da multa conforme caput do art. 284, conforme:

I - fórmula: Valor original x 0,80 = valor a pagar.

Art. 20. Pelo valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor original da multa, quando da opção precedente de recebimento da Notificação pelo sistema de notificação eletrônica, quando disponibilizada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União aos órgãos autuadores, conforme previsto no § 1º do art. 284 do CTB, conforme:

I - fórmula: Valor original x 0,60 = valor a pagar.

Seção II

Para pagamento após a data de vencimento indicada na Notificação de Penalidade:

Art. 21. Para quitação no período compreendido entre a data imediata após o vencimento, até o último dia do mês seguinte ao do vencimento, pelo valor original da multa acrescido de juros relativos ao mês de pagamento, no percentual de 1% (um por cento), conforme:

I - fórmula: Valor original x 1,01 = valor corrigido a pagar.

Art. 22. Para quitação após o mês subsequente ao do vencimento, pelo valor original da multa, acrescido da variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, definida pelo somatório dos percentuais mensais, não capitalizados, divulgados para o período entre o mês subsequente ao do vencimento e o mês anterior ao do pagamento, inclusive e adicionado ainda, o percentual de 1% (um por cento) relativo a juros do mês de pagamento, qualquer que seja o dia desse mês considerado, conforme:

I - fórmulas: Período = incluir mês subsequente ao vencimento e excluir o mês de pagamento.

II - valor: Valor original x fator multiplicador = valor a pagar

III - fator multiplicador: $1,01 + (\Sigma \text{ percentuais mensais da SELIC do período})$

§ 1º O cálculo do acréscimo de mora e o valor atualizado devido, com base na variação da taxa SELIC indicado neste artigo serão mantidos pelo órgão arrecadador, que aplicará a variação mensal acumulada da taxa básica de juros SELIC, proveniente do somatório dos índices de correção no período divulgados pelo Banco Central do

Brasil – BACEN, cujo índice obtido e montante atualizado serão definidos com duas casas decimais, desprezadas as demais sem arredondamento, como forma de uniformizar o valor resultante.

§ 2º O cálculo adicional de juros de mora, não capitalizado, com índice fixo de 1% (um por cento), relativo ao acréscimo do mês de pagamento, em que não ocorrerá o cômputo da variação mensal da taxa SELIC, será também mantido pelo órgão arrecadador, complementando o valor final do débito vencido, válido até o último dia útil do mês de pagamento considerado.

§ 3º O usuário devedor da multa imposta será orientado por texto na Notificação de Penalidade sobre a validade do documento para fins de pagamento, cujo prazo coincide com o vencimento indicado, após o que deverá ser consultado o órgão autuador e/ou arrecadador, para a obtenção do valor atualizado para pagamento.

§ 4º Interposto recurso no prazo legal, se julgado improcedente, a incidência de juros de mora deverá ser considerado a partir do encerramento da instância administrativa.

§ 5º A interposição do recurso fora do prazo legal ensejará a cobrança de juros de mora a partir do vencimento da Notificação de Penalidade.

CAPÍTULO VIII

DA ARRECADAÇÃO DAS MULTAS E DO REPASSE DOS VALORES

Art. 23. Os órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, para arrecadarem multas de trânsito de sua competência ou de terceiros, deverão utilizar o documento próprio de arrecadação de multas de trânsito estabelecido pelo DENATRAN, com vistas a garantir o repasse automático dos valores relativos ao FUNSET.

§ 1º O recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do FUNSET é de responsabilidade do órgão de trânsito arrecadador.

§ 2º O pagamento das multas de trânsito será efetuado na rede bancária arrecadadora.

§ 3º Não é permitido o parcelamento de multas de trânsito.

Art. 24. Os órgãos autuadores da União, para arrecadarem multas de trânsito de sua competência, deverão utilizar a Guia de Recolhimento da União – GRU do tipo Cobrança, observado o Decreto n.º 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e a Instrução

Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 2, de 22 de maio de 2009, e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. O recolhimento do percentual de 5% (cinco por cento) do valor arrecadado das multas de trânsito à conta do FUNSET pelos órgãos autuadores da União dar-se-á na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda.

Art. 25. Os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, arrecadadores de multas de trânsito, de sua competência ou de terceiros, e recolhedores de valores à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET deverão prestar informações ao DENATRAN até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da arrecadação, na forma disciplinada pelo próprio DENATRAN.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Nos casos dos veículos registrados em nome de missões diplomáticas, repartições consulares de carreira ou representações de organismos internacionais e de seus integrantes, as notificações de que trata esta Resolução, respeitado o disposto no § 6º do art. 10, deverão ser enviadas ao endereço constante no registro do veículo junto ao órgão executivo de trânsito do Estado ou Distrito Federal e comunicadas ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis, na forma definida pelo DENATRAN.

Art. 27. A contagem dos prazos para apresentação de condutor e interposição da Defesa da Autuação e dos recursos de que trata esta Resolução será em dias consecutivos, excluindo-se o dia da notificação ou publicação por meio de edital, e incluindo-se o dia do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado, sábado, domingo, em dia que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 28. No caso de falha nas notificações previstas nesta Resolução, a autoridade de trânsito poderá refazer o ato, observados os prazos prescricionais.

Art. 29. A notificação da autuação e a notificação da penalidade de multa deverão ser encaminhadas à pessoa física ou jurídica que conste como proprietária do veículo na data da infração, respeitado o disposto no § 6º do art. 10.

§ 1º Caso o Auto de Infração de Trânsito não conste no prontuário do veículo na data do registro da transferência de propriedade, o proprietário atual será considerado comunicado quando do envio, pelo órgão ou entidade executivos de trânsito, do extrato

para pagamento do IPVA e demais débitos vinculados ao veículo, ou quando do vencimento do prazo de licenciamento anual.

§ 2º O DENATRAN deverá adotar as providências necessárias para fornecer aos órgãos de trânsito responsáveis pela expedição das notificações os dados da pessoa física ou jurídica que constava como proprietário do veículo na data da infração.

§ 3º Até que sejam disponibilizadas as informações de que trata o § 2º, as notificações enviadas ao proprietário atual serão consideradas válidas para todos os efeitos, podendo este informar ao órgão autuador os dados do proprietário anterior para continuidade do processo de notificação.

§ 4º Após efetuar a venda do veículo, caso haja Auto de Infração de Trânsito em seu nome, a pessoa física ou jurídica que constar como proprietária do veículo na data da infração deverá providenciar atualização de seu endereço junto ao órgão ou entidade de trânsito de registro do veículo.

§ 5º Caso não seja providenciada a atualização do endereço prevista no § 4º, a notificação devolvida por esse motivo será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 30. É facultado antecipar o pagamento do valor correspondente à multa, junto ao órgão ou entidade de trânsito responsável pela aplicação dessa penalidade, em qualquer fase do processo administrativo, sem prejuízo da continuidade dos procedimentos previstos nesta Resolução para expedição das notificações, apresentação da defesa da autuação e dos respectivos recursos.

Parágrafo único. Caso o pagamento tenha sido efetuado antecipadamente, conforme previsto no *caput*, a Notificação da Penalidade deverá ser expedida com a informação de que a multa encontra-se paga, com a indicação do prazo para interposição do recurso e sem código de barras para pagamento.

Art. 31. Os procedimentos para apresentação de defesa de autuação e recursos, previstos nesta Resolução, atenderão ao disposto em regulamentação específica.

Art. 32. Aplica-se o disposto nesta Resolução, no que couber, às autuações em que a responsabilidade pelas infrações não sejam do proprietário ou condutor do veículo, até que os procedimentos sejam definidos por regulamentação específica.

Art. 33. Aplicam-se a esta Resolução os prazos prescricionais previstos na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva.

Parágrafo único. O DENATRAN definirá os procedimentos para aplicação uniforme dos preceitos da lei de que trata o *caput* pelos demais órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 34. Fica o DENATRAN autorizado a expedir normas complementares para o fiel cumprimento das disposições contidas nesta Resolução.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor em 1º de novembro de 2016, quando fica revogada a Resolução CONTRAN nº 404, de 12 de junho de 2012.

Elmer Coelho Vicenzi
Presidente

Guilherme Moraes Rego
Ministério da Justiça e Cidadania

Alexandre Euzébio de Moraes
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Djailson Dantas de Medeiros
Ministério da Educação

Bruno César Prosdocimi Nunes
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Marco Aurélio de Queiroz Campos
Ministério das Cidades

Thomas Paris Caldellas
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Noboru Ofugi
Agência Nacional de Transportes Terrestre

RESOLUÇÃO Nº 357 DE 02 DE AGOSTO DE 2010

Estabelece diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o inciso VI do art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e à vista do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito – STN,

Considerando a necessidade de adequar a composição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI;

Considerando a instauração dos Processos Administrativos nº 80001.016472/2006-15, 80001.008506/2006-90 e 80000.014867/2009-28,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, constantes do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CONTRAN nº 233, de 30 de março de 2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Peres da Silva
Presidente

Rui César da Silveira Barbosa
Ministério da Defesa

Rone Evaldo Barbosa
Ministério dos Transportes

Esmeraldo Malheiros Santos
Ministério da Educação

Luiz Otavio Maciel Miranda
Ministério da Saúde

Rudolf de Noronha
Ministério do Meio Ambiente

ANEXO

Diretrizes para a Elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI

1. Introdução

1.1. De acordo com a competência que lhe atribui o inciso VI do art. 12 da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN estabelece as diretrizes para a elaboração do Regimento Interno das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

2. Da Natureza e Finalidade das JARI

2.1. As JARI são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários.

2.2. Haverá, junto a cada órgão ou entidade executivo de trânsito ou rodoviário, uma quantidade de JARI necessária para julgar, dentro do prazo legal, os recursos interpostos.

2.3. Sempre que funcionar mais de uma JARI junto ao órgão ou entidade executivo de trânsito ou rodoviário, deverá ser nomeado um coordenador.

2.4. As JARI funcionarão junto:

2.4.a. aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e à Polícia Rodoviária Federal;

2.4.b. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Estados e do Distrito Federal;

2.4.c. aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários dos Municípios.

3. Da Competência das JARI

3.1. Compete às JARI:

3.1.a. julgar os recursos interpostos pelos infratores;

3.1.b. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

3.1.c. encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações, apontados em recursos e que se repitam sistematicamente.

4. Da Composição das JARI

4.1. A JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

4.1.a. um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

4.1.a.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no item 4.1.a, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.a.2. representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

4.1.b. representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;

4.1.b.1. excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparece à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no item 7.3, e substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato;

4.1.b.2. o presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

4.1.b.3. é facultada a suplência;

4.1.c. é vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

5. Dos Impedimentos

5.1. O Regimento Interno das JARI poderá prever impedimentos para aqueles que pretendam integrá-las, dentre outros, os relacionados:

5.1.a. à idoneidade;

5.1.b. estar cumprindo ou ter cumprido penalidade da suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;

5.1.c. ao julgamento do recurso, quando tiver lavrado o Auto de Infração.

6. Da Nomeação dos Integrantes das JARI

6.1. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União e junto à Polícia Rodoviária Federal será efetuada pelo Secretário Executivo do Ministério ao qual o órgão ou entidade estiver subordinado, facultada a delegação.

6.2. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

7. Do Mandato dos membros das JARI

7.1. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos.

7.2. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

7.3 Perderá o mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

7.3a três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

7.3b quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas.

8. Dos deveres das JARI

8.1. O funcionamento das JARI obedecerá ao seu Regimento Interno.

8.2. A JARI poderá abrir a sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a presença do presidente ou seu suplente.

8.3. As decisões das JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

9. Dos deveres dos Órgãos e Entidades de Trânsito

9.1. O Regimento Interno deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro:

9.1.a. ao DENATRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos rodoviários da União e da Polícia Rodoviária Federal;

9.1.b. aos respectivos CETRAN, em se tratando de órgãos ou entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais ou ao CONTRANDIFE, se do Distrito Federal.

9.2. Caberá ao órgão ou entidade junto ao qual funcione as JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 22/2017 QUE “AUTORIZA O PAGAMENTO DE JETON À COMISSÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO E À JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

Trata-se de projeto de lei acerca de autorização legislativa para que o Executivo possa promover o pagamento de “jeton” para os membros da junta administrativa de recursos de infrações – JARI e os membros da Comissão da Defesa de Autuação, bem como, convalida atos já praticados anteriormente.


A iniciativa de Leis que versem sobre questões financeiras, especialmente de empresas públicas municipais é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 19 de abril de 2017.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ÀS
COMISSÕES
25/04/2017

Aprovado
26/04/2017

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 22/2017 de 03 de Abril de 2017 que altera "Autoriza o pagamento de jeton à comissão de defesa da autuação e à junta administrativa de recursos de infrações-JARI; e dá outras providências."

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime o art.4º do projeto de Lei nº 22/2017 que " Autoriza o pagamento de jeton à comissão de defesa da autuação e à junta administrativa de recursos de infração - JARI; e dá outras providências".

Sala das comissões 24 de Abril de 2017

Ver. Domingos Edmilson Magalhães





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 22/2017 QUE "AUTORIZA O PAGAMENTO DE JETON À COMISSÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO E À JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", de autoria do Vereador Domingos Edmilson Magalhães.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento tem por objetivo suprimir o art. 4º do referido projeto de Lei.

Não se vislumbra nenhum vício, seja ele de iniciativa ou de forma, na referida emenda.

Assim, somos de parecer pela legalidade, constitucionalidade e adequação à norma técnica de redação da emenda.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 26 de abril de 2017.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 09/2017

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Pagamento de Jeton à Comissão de Defesa da Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/04/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 26/04/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

É a presente Emenda para suprimir o artigo 4º do referido Projeto de Lei nº 09/2017, que “Autoriza o Pagamento de Jeton à Comissão de Defesa da Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI, e dá Outras Providências”.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2017

Presidente (em exercício) : Ver. Martins Lima Filho

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares:

Suplente/Presidente – Domingos Edmilson Magalhães:



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 22/2017

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: Autoriza o Pagamento de Jeton à Comissão de Defesa da Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações JARI, e dá Outras Providências.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 18/04/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 24/04/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a repassar aos membros da Comissão de Defesa da Autuação e à Junta Administrativa de Recursos de Infrações- JARI o valor de R\$ 100,00 (cem) reais por reunião, que serão pagos pela MCTrans.

Conforme parecer da Procuradoria - Geral do Município, em anexo, “a instituição das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações-JARI, no âmbito Municipal atendeu a disposição legal”.

Não obstante tal entendimento, verifica-se que o Projeto de Lei, em análise, versa somente sobre a autorização para o pagamento de “jetons” aos membros das JARIs tendo em vista, que o mesmo vinha sendo realizado sem a devida previsão legal, já que foi instituído por decreto, afrontando o inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

Dessa forma, esta Comissão entende que a presente proposição não incide em vício de iniciativa e se encontra conforme a legislação vigente.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2017.

Presidente (em exercício): Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Wilton Afonso Dias Soares: _____

Suplente/Presidente – Domingos Edmilson Magalhães _____



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 10 de maio de 2017

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Ribeiro Prates

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº PG - 81 /2017

Assunto: Encaminha parecer à Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, apresentar manifestação da Procuradoria-Geral do Município referente ao questionamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação sobre instituição no Município da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, nos termos seguintes:

Primeiramente, devemos destacar que a Constituição da República estabeleceu que é da competência privativa da União legislar sobre as regras de trânsito e transporte, conforme se observa pelo disposto no seu artigo 22, inciso XI, abaixo transcrito:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

...

XI - trânsito e transporte;

...

Nesta esteira as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, foram instituídas no sistema nacional de trânsito por força do art. 16, abaixo transcrito, da Lei n.º 9.503/97, que instituiu Código de Trânsito Brasileiro – CTN, ao dispor de forma imperativa sobre o funcionamento da JARI em todas as entidades executivas de trânsito no âmbito nacional, na qualidade de órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades de trânsito.

Art. 16. Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão Juntas Administrativas de Recursos de

PROTOCOLO	
COMISSÕES	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
11 / 05 / 17	
12:38h	
ASS.: <i>Albercah M.</i>	

V.

Infrações – JARI, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas.

Parágrafo único. As JARI têm regimento próprio, observado o disposto no inciso VI do art. 12, e apoio administrativo e financeiro do órgão ou entidade junto ao qual funcionem.

No âmbito Municipal a Lei 2.902, de 29 de maio de 2001 autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Municipal de Transporte e Trânsito, atual Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros – MCTrans, dispondo em seu artigo 5º que a aludida empresa terá como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar o tráfego, trânsito e o sistema viário no Município, respeitando a legislação **Federal**, Estadual e Municipal.

Por seu turno, o art. 7º da Lei n. 2.902/01, com alterações da Lei Complementar n. 19/09, determinou que a MCTrans exercerá as atividades previstas no CTN, deixando clara a instituição e o funcionamento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, no âmbito Municipal.

O parágrafo único, do citado art. 16, do CTN, dispõe que a JARI tenha regimento próprio, seguindo as normas determinadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, para tanto foi editado o Decreto Municipal n. 1.943/02, que ao regulamentar o art. 7, da Lei 2.902/01, instituiu normas de âmbito Municipal e em seu anexo, criou o Regimento Interno da JARI.

Portanto, temos que a instituição das Juntas de Recurso no âmbito Municipal atendeu à disposição legal.

Entretanto, no entendimento desta Procuradoria-Geral o Decreto n. 1.943/02, em seu art. 6º, afrontou o princípio constitucional da Legalidade, disposto no art. 37, da Constituição da República, ao determinar o pagamento de gratificação aos membros das Juntas de Recurso, sem a devida previsão legal. Razão pela qual a Atual Administração Municipal suspendeu os pagamentos que eram realizados deste o ano de 2.004 e encaminhou Projeto de Lei para deliberação da Douta Casa Legislativa.

Ressalta-se que por não haver nenhum indício de má-fé ou mesmo pagamento sem a devida participação nas reuniões, a Procuradoria-Geral não tomou providências em relação aos pagamentos anteriores e elaborou um Projeto de Lei, que convalida o pagamento efetuado por todas as administrações anteriores, para apreciação e decisão soberana desta Egrégia Casa Legislativa.

U. 1

Salvo melhor juízo, são estas as razões a serem apresentadas sobre o questionamento da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para concluir que:

a) no entendimento legal da Procuradoria do Município a criação da JARI obedeceu os ditames legais preconizados na legislação vigente;

b) ao contrário a instituição do Jeton, mediante Decreto, não encontrou amparo legal quanto à sua criação e valor, necessitando de previsão legislativa no âmbito Municipal.

Na oportunidade, ao solicitar a remessa do presente ofício à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, manifestamos protestos de estima e consideração e nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


Otávio Batista Rocha Machado
Procurador-Geral